

Organizadores:
Maria de Fátima Bento Ribeiro
Alan Dutra de Melo



Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL

Organização

Maria de Fátima Bento Ribeiro

Alan Dutra de Melo

Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL



1ª Edição
Foz do Iguaçu
2024

© 2024, CLAEC

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida para fins comerciais, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros. Aplica-se subsidiariamente a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Diagramação: Valéria Lago Luzardo

Capa: Gloriana Solís Alpízar

Revisão: Os organizadores

ISBN 978-65-89284-64-2

DOI: 10.23899/9786589284642

Disponível em: <https://publicar.claec.org/index.php/editora/catalog/book/131>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL [livro eletrônico] / organização Maria de Fátima Bento Ribeiro, Alan Dutra de Melo. 1. ed. Foz do Iguaçu, PR: CLAEC e-Books, 2024. PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89284-64-2

1. Patrimônio Cultural. 2. Memória. 3. MERCOSUL. I. Título.

CDD: 720

Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e autoras, incluindo a adequação técnica e linguística.

Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura – CLAEC

Diretoria Executiva

Me. Bruno César Alves Marcelino
Diretor-Presidente

Dra. Cristiane Dambrós
Diretora Vice-Presidente

Dra. Betania Maciel
Diretora Vice-Presidente

Dr. Fábio do Vale
Diretor Vice-Presidente

Editora CLAEC

Me. Bruno César Alves Marcelino
Editor-Chefe

Dra. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo
Editora-Assistente

Dr. Lucas da Silva Martinez
Editor-Chefe Adjunto

Bela. Valéria Lago Luzardo
Editora-Assistente

Conselho Editorial

Dra. Ahtziri Erendira Molina Roldán
Universidad Veracruzana, México

Dra. Marie Laure Geoffroy
Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, França

Dra. Denise Rosana da Silva Moraes
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Dra. Ludmila de Lima Brandão
Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil

Dr. Djalma Thürler
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dr. Marco Antonio Chávez Aguayo
Universidad de Guadalajara, México

Dr. Daniel Levine
University of Michigan, Estados Unidos

Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Dr. Fabricio Pereira da Silva
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Sandra Catalina Valdettaro
Universidad Nacional de Rosario, Argentina

Dr. Francisco Xavier Freire Rodrigues
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Dra. Susana Dominzaín
Universidad de la República, Uruguai

Dra. Isabel Cristina Chaves Lopes
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Suzana Ferreira Paulino
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil

Dr. José Serafim Bertoloto
Universidade de Cuiabá, Brasil

Dr. Wilson Enrique Araque Jaramillo
Universidad Andina Simón Bolívar, Equador

Sumário

Apresentação	5
<i>Alice Leoti</i>	
Oficina de técnica legislativa: problematizando e propondo a proteção do patrimônio cultural	11
<i>Alan Dutra de Melo, Maria de Fátima Bento Ribeiro</i>	
DOI: 10.23899/9786589284642.1	
Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Tríplice Fronteira Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR)	21
<i>Cláudio Renato de Camargo Mello, Mauro José Ferreira Cury, Cristiano Kieling</i>	
DOI: 10.23899/9786589284642.2	
Patrimônio Cultural, Turismo e Extensão Universitária: um relato de experiência sobre a Culinária do Açúcar de São Cristóvão/SE	37
<i>Rosana Eduardo da Silva Leal</i>	
DOI: 10.23899/9786589284642.3	
Educação patrimonial e (re)existência: rasgos para um fazer decolonial no Tempo Presente	50
<i>Bruna Edssiane Amaral Santos, Estefane Almeida Batista, Iasmim Oliveira Santos, Jorge Luiz Zaluski</i>	
DOI: 10.23899/9786589284642.4	
Entre museus e gênero: desafios e perspectivas na (re)construção da memória	61
<i>Jessica Tavares de Souza, Daiane Teresa Bedin</i>	
DOI: 10.23899/9786589284642.5	
Memórias do movimento social ‘seringueiro’: Wilson Pinheiro, Chico Mendes e Osmarino Amâncio	73
<i>Anselmo Gonçalves da Silva, Osmarino Amâncio Rodrigues, Lailton dos Santos Costa</i>	
DOI: 10.23899/9786589284642.6	
Detentoras da memória: uma proposta metodológica de análise das imagens no cordel	84
<i>José Rodrigues Filho</i>	
DOI: 10.23899/9786589284642.7	

Apresentação

Alice Leoti*

A discussão acerca do tema de preservação memorial e patrimonial tem sido considerado de suma relevância para o processo de construção, ressignificação e manutenção das identidades culturais de uma sociedade. servido de suporte para promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Os estudos que aqui serão apresentados, abordam sob diversas dimensões essa temática, partindo da importância da memória coletiva, por intermédio da história oral, chegando em discussões da necessidade de práticas decoloniais. O ponto nevrálgico deste livro é a relação entre a identidade cultural e o desenvolvimento local a partir do turismo, bem como a inclusão de narrativas subalternizadas, especialmente quando se trata das vozes femininas e dos povos originários.

Este livro está composto por sete artigos que brindam ao leitor uma ampla gama de perspectivas sobre o “Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL”, nos quais destacam as práticas integradas e interdisciplinares voltadas a salvaguarda da memória e patrimônio cultural. A exemplo disso, pode se mencionar o artigo intitulado “Oficina de técnica legislativa: problematizando e propondo a proteção do patrimônio cultural”, com autoria de Alan Dutra de Melo e Maria de Fátima Bento Ribeiro, que discorre acerca de uma oficina de abordagem prática, que foi realizada durante a "XVI edição do Fórum Internacional de Turismo do Iguassú", em Foz do Iguaçu. Nesta oficina, os autores apresentaram aos participantes as legislações consideradas relevantes para a proteção legal dos bens culturais. Após um momento teórico, os autores realizaram um exercício prático, no qual os participantes tiveram a oportunidade de elaborar alternativas legais que se propusessem o amparo legal para bens culturais específicos, seja ele material ou imaterial. Foram analisados casos específicos como o Parque Nacional do Iguaçu e o Patrimônio Cultural do MERCOSUL, como a Ponte Internacional Mauá, situada na fronteira Jaguarão/Brasil e Rio Branco/Uruguai.

A centralidade da oficina e do texto parte da compreensão que a legislação é um instrumento essencial para viabilizar e garantir a salvaguarda dos bens, legitimando o seu valor social, cultural e econômico por intermédio de um processo legislativo

* Doutora em Turismo e Hotelaria (UNIVALI), Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (UFPEL), Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFPEL), Bacharela em Turismo (UFPEL). Docente do Curso Superior em Tecnologia em Gestão de Turismo, na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

estruturado. As legislações federais que foram destacadas foram o Decreto Lei n. 25 de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, dando ênfase no patrimônio edificado; e, o Decreto Lei n. 3551 de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que permitiu o reconhecimento dos bens imateriais, e assim criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Nesse contexto, os autores ressaltam que as legislações devem necessariamente ser constantemente revisada e aprimorada, com o intuito de serem adaptadas as novas realidades sociais, econômicas e culturais. Além disso, salientam que os municípios podem ter autonomia na gestão e proteção do patrimônio a partir de leis específicas locais, que facilitam a participação comunitária na preservação do patrimônio cultural. Essas medidas visam garantir que o patrimônio cultural seja reconhecido, protegido e preservado para as futuras gerações, promovendo seu valor histórico, artístico e cultural na sociedade.

O segundo artigo que tem como título “Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Tríplice Fronteira Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR)”, de autoria de Cláudio Renato de Camargo Mello, Mauro José Ferreira Cury e Cristiano Kielling, versa sobre a tríplice fronteira. Neste estudo, os autores discorrem acerca da relação entre a memória, a identidade, o patrimônio cultural e natural e o turismo. No texto, os patrimônios da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina mencionados incluem: Cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú; Parques Nacionais e Cataratas do Iguaçu; Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional Brasil-Paraguai; Zona de livre comércio de Ciudad del Este; e, Patrimônio urbano das cidades trigêmeas. Os autores discutem a necessidade de ações integradas entre os países fronteiriços, tendo na educação patrimonial um papel relevante para o envolvimento da comunidade local na gestão patrimonial. Dentre as possíveis ações para a valorização do patrimônio mencionadas, incluem: Realização de um inventário visando práticas sustentáveis para o patrimônio cultural da região trinacional; Educação patrimonial com o intuito de fortalecer os sentimentos de pertencimento, promoção da identidade e da cidadania; Integração das ações de conservação e preservação do patrimônio com outras políticas públicas, como as políticas de turismo; Desenvolvimento de políticas públicas integradas e voltadas ao bem comum nos três países da tríplice fronteira; Resignificação do modelo de cidade atual, adaptando aos princípios de sustentabilidade e gestão urbana; E, por fim, um Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável e do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável. A concretização de tais propostas, na visão dos autores, poderia garantir um desenvolvimento harmonioso da identidade, da memória coletiva e do patrimônio cultural e natural da região de tríplice fronteira.

O texto “Patrimônio Cultural, Turismo e Extensão Universitária: um relato de experiência sobre a Culinária do Açúcar de São Cristóvão/SE”, de autoria de Rosana Eduardo da Silva Leal, apresenta um projeto de extensão que teve como intuito discutir a interseção entre o patrimônio cultural, o turismo e a extensão universitária. O projeto esteve voltado a valorizar as tradições culinárias de São Cristóvão/CE, e por meio deste relacionar teorias da economia da cultura, o empreendedorismo cultural e o processo de feminização da pobreza. Na visão da autora, as experiências das tradições culinárias do açúcar, enquanto atividade econômica artesanal, representam uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho para mulheres, especialmente as que são chefes de família.

Nessa perspectiva, a cultura envolvida no saber gastronômico pode ser explorada como um motor de desenvolvimento socioeconômico e inclusão social, e ainda, ser uma oportunidade de rememoração e manutenção de uma tradição viva. O patrimônio imaterial gastronômico da comunidade de São Cristóvão quando relacionado a práticas extensionistas permite a integração do saber acadêmico e do saber tradicional. A produção doceira é parte integrante da identidade cultural, e nesse viés o projeto de extensão repercute com impactos significativos na memória coletiva e no patrimônio imaterial da comunidade. Para obter tais resultados, foram realizadas diversas práticas extensionistas, como: Roda de conversa, na qual foram discutidas teorias relacionadas a cultura, ao empreendedorismo e ao desenvolvimento local; “Feira de Doces de São Cristóvão”, promovida em diferentes eventos técnicos-científicos realizados no campus São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe. Destarte, o projeto extensionista corrobora para o fortalecimento da memória coletiva e o patrimônio cultural de São Cristóvão, trabalhando a autoestima das doceiras e a sua herança cultural, e simultaneamente estimulando a relação entre o público universitário com os produtores locais, facilitando a troca de conhecimentos e a comercialização de produtos tradicionais.

Um segundo estudo proveniente da Universidade Federal de Sergipe é apresentado no livro, recebe o título “Educação patrimonial e (re)existência: rasgos para um fazer decolonial no Tempo Presente”, com a autoria de Bruna Edssiane Amaral Santos, Estefane Almeida Batista, Iasmim Oliveira Santos e Jorge Luiz Zaluski. Desta vez, o texto provém das discussões realizadas na disciplina “História e Patrimônio Cultural”. As narrativas históricas e culturais que são apresentadas sob perspectivas coloniais predominantes na identidade cultural perpetuadas nos casos estudados: “Monumento Índia Bela”, localizado na cidade de Indiaroba, e da “Machadinha Indígena”, artefato localizado no Centro de Memória Digital de Simão Dias Professora Enedina Chagas, localizado na cidade de Simão Dias, são questionados a partir do pensamento

decolonial, com o intuito de provocar novos meios de representar a identidade cultural e de compreender o mundo.

O primeiro objeto, o Monumento da Índia Bela, uma estátua localizada na praça central de Indiaroba, contribui para a perpetuação da sexualização dos corpos femininos indígenas e do reforço do estereótipo pejorativo dos povos originários. O segundo objeto analisado, a Machadinha Indígena, uma réplica que tenta representar os povos Tupinambá, exposto no Centro de Memória Digital, demonstra o etnocídio, genocídio e epistemicídio sofrido pelos povos originários brasileiros. A ausência de uma machadinha autêntica reflete o extermínio dos povos, bem como de seus artefatos e sua cultura. A abordagem decolonial é apontada como fundamental para a construção de uma valorização dos povos originários, na qual a inclusão de narrativas femininas e das vozes subalternizadas e sub-representadas, permitem a compreensão que a memória coletiva e o patrimônio cultural em Sergipe são delineados pela narrativa colonial. Deste modo, a reflexão decolonial proposta buscou valorizar a memória dos povos originários, tentando desfazer a promoção de monumentos e museus de uma identidade cultural oficial colonizada.

O estudo “Entre museus e gênero: desafios e perspectivas na (re)construção da memória”, que teve como autoras Jessica Tavares de Souza e Daiane Teresa Bedin, apresenta um debate a partir da museologia de gênero na qual centra-se nas transformações dos papéis sociais e culturais da mulher. Os desafios são encontrados se contrapõe a memória oficial que tendem a marginalizar as vozes femininas, relegando a elas apenas o direito a narrarem a história doméstica – histórias vinculadas aos cuidados das atividades doméstica e de criação de filhos. As autoras afirmam, que por outro lado, quase que exclusivamente homens ocupam posições de destaque em museus que contam a história e a identidade cultural oficial, uma vez que a história política e social é narrada pelas vozes masculinas.

Nesse interim, o estudo entende que a história oral pode vir a ser uma ferramenta essencial para registrar, e assim, preservar a memória das mulheres, possibilitando que suas vozes sejam ouvidas e combatendo os estereótipos e as opressões de gênero nos museus. A história oral contribui para recuperar memórias invisibilizadas, evitando a simplificação das experiências femininas. Uma abordagem interdisciplinar ao patrimônio cultural, a identidade e a memória social afronta as narrativas masculinas dominantes, e simultaneamente desafia a promoção da reconfiguração das relações de poder nos discursos identitários culturais, incorporando narrativas femininas que tradicionalmente são excluídas. As autoras demonstram por meio de dados da *International Association of Women’s Museums* que há um crescimento a nível mundial, no número de museus relacionados às mulheres e questões de gênero, no entanto,

consideram que a proporção ao cenário museológico global ainda é pequena. Deste modo, a história oral qualifica a compreensão histórica e sociocultural feminina, fortalecendo identidades e propiciando uma representação museológica mais justa e equitativa das mulheres na memória social.

O relato apresentado no texto “Memórias do movimento social ‘seringueiro’: Wilson Pinheiro, Chico Mendes e Osmarino Amâncio”, que tem como autores Anselmo Gonçalves da Silva, Osmarino Amâncio Rodrigues e Lailton dos Santos Costa, trata de uma entrevista realizada por Anselmo Gonçalves da Silva com Osmarino Amâncio Rodrigues, na casa dos pais do seringueiro, situado em Epitaciolândia, no Acre. O texto tem como enfoque a compreensão acerca do movimento seringueiro no Acre, narrado pelo líder seringueiro Osmarino e a participação de Lailton. A pesquisa tem como base o emprego de história oral baseado em entrevista e narrativa pessoal, no qual são tratados relatos históricos e memórias do movimento seringueiro, que vão desde a sua formação em 1970, passando por Chico Mendes e Wilson Pinheiro, até chegar na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985.

Tendo como fio condutor a narrativa pessoal de Osmarino, o texto aborda questões vinculadas à luta de classes, movimentos sociais e sindicalismo, cenários que se transcorrem na realidade amazônica. A centralidade da narrativa está na ontologia política dos povos amazônicos, dando destaque a resistência contra hegemônico estabelecido no Estado brasileiro. Uma das ações mencionadas por Osmarino, ao seu entrevistador, é o emprego das teorias de educação libertadora de Paulo Freire, no qual Chico Mendes realizava a leitura de jornais e escutava rádio internacionais com o propósito de alfabetizar e conscientizar politicamente os povos amazônicos. Além disso, o estudo permite evidenciar a organização sindical como crucial para o movimento seringueiro na luta pelos direitos territoriais, tendo a criação das Reservas Extrativistas como um marco significativo na proteção dos direitos territoriais e ambientais.

A entrevista apresentada neste estudo salvaguarda a memória dos líderes seringueiros, como Chico Mendes e Wilson Pinheiro, que foram brutalmente assassinados na defesa dos direitos territoriais e ambientais dos povos amazônicos. O registro dessas memórias é apresentado como patrimônio imaterial, fundamental para a compreensão e preservação da identidade cultural, e ainda fornecer elementos de pertencimento que propiciam a continuidade das lutas sociais e ambientais empreendidas pelos povos amazônicos.

O último artigo que compõe este livro, que tem como título “Detentoras da memória: uma proposta metodológica de análise das imagens no cordel”, tem em José Rodrigues Filho seu autor. Nele é discutido a importância da literatura de cordel como

suporte de transmissão de memória e da identidade cultural, sendo o cordel utilizado para compreender as relações políticas, econômica e culturais do Brasil. Abordando teorias da História da Artes, Antropologia, Sociologia e História, dando ênfase no processo evolutivo do uso das imagens como fonte de conhecimento histórico e cultural.

O escopo central do estudo é desenvolver uma metodologia para categorizar as capas dos folhetos de cordel, e com isso identificar técnicas de impressão e ilustração, que empregam a xilogravura, zincogravuras e *offset*. Para chegar nesse método, o autor percorre a história do cordel e as mudanças vivenciadas partir da década de 1970, com a História Cultural, até os anos 1990, com a Cultura Visual. As diferentes técnicas mostram como as imagens foram evoluindo com de clichês de zinco para a xilogravura e *offset*, sendo espelho das mudanças sociais, econômicas e culturais vivenciadas nas referidas décadas. As mudanças nas técnicas foram adotadas pelos editores em busca de se adaptarem a realidade econômica e às condições de logísticas, e paralelamente propagando e reforçando a identidade cultural regional. Tal relevância como portador da memória e história levou o cordel, em 2018, a ser reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como Patrimônio Cultural brasileiro.

Em suma, os sete artigos aqui apresentados, o debate acerca da relação entre patrimônio cultural, turismo, desenvolvimento sustentável, memória coletiva e as práticas inclusivas revela a complexa trama no entorno dos temas e a relevância da integração das diferentes abordagens e perspectivas. O enaltecimento da diversidade cultural, que se refere a coexistência espacial e de contexto de uma variedade de cultural, que abrangem tradições, costumes, crenças, línguas, práticas artísticas e formas de vida, quando aliadas a uma compreensão crítica e decolonial das práticas de preservação, são imprescindíveis para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Espero que os textos apresentados na obra “Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL”, inspirem reflexões profundas e ações concretas, que permitam a estruturação de um futuro sustentável assentado na identidade cultural e inclusão social, caminhando juntos em uma construção coletiva. Boa leitura!

Oficina de técnica legislativa: problematizando e propondo a proteção do patrimônio cultural

Alan Dutra de Melo*

Maria de Fátima Bento Ribeiro*

Importância da Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural

Uma das formas de proteção do patrimônio cultural é a via legislativa, o que é importante para que todos os profissionais que possuem atuação na área possam identificar como um bem pode receber amparo legal em uma ou mais esferas da federação, ou seja, federal, estadual e municipal. Assim, esta proposta “Oficina de técnica legislativa: problematizando e propondo a proteção do patrimônio cultural” busca situar as competências legislativas sobre o patrimônio cultural com enfoque no direito municipal¹.

A temática possui relevância para a formação em Turismo e outras áreas, tendo em vista a importância desta competência dentro do planejamento turístico, sobretudo o municipal². A oficina foi ministrada para cerca de 30 participantes em sua grande maioria estudantes e profissionais dos cursos de Turismo.

O objetivo foi de ressaltar que o reconhecimento dos bens culturais em grande parte é materializado através da via legislativa no século XX e XXI, sobretudo com a consolidação no Brasil do Decreto Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Ressalta-se que ao longo do tempo se sobressaiu em termos protetivos os bens com valor histórico, artístico, em

* Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA – Jaguarão/RS. Coordenador do Curso de Tecnologia em – Gestão de Turismo. Doutor e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas/RS – UFPEL. Especialista em Sociologia e Política – UFPEL. Graduado em Direito – UFPEL. Contato: alanmelo@unipampa.edu.br

* Profa. Titular na Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Doutora em História na área de Política, Memória e Cidade, pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, atua no curso de Bacharelado em Relações Internacionais. Mestre em História na área de História Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP. Contato: mfbribeiro@ufpel.edu.br

¹ Apresenta-se a legislação federal que trata da técnica legislativa e por fim é realizado um exercício entre os presentes, em que cada um poderá propor uma alternativa legal para um bem cultural.

² O material em questão foi base para uma oficina realizada no: “XVI edição do Fórum Internacional de Turismo do Iguassú realizado entre os dias 30 de novembro / 1 e 2 de dezembro de 2022 em Foz do Iguaçu PR”, portanto, trata-se de um relato de experiência.

especial o patrimônio edificado, mas que no século XXI ocorreu uma virada em direção ao campo do patrimônio imaterial.

Após a Constituição Federal de 1988 observamos um significativo avanço para a compreensão da cultura como forma de expressão e reivindicação de direitos para todos os grupos que compõe a sociedade, e neste sentido é importante referenciar Duarte (2018).

Atualmente temos muitos avanços, principalmente após as duas últimas décadas com a implantação do Decreto Lei n. 3551, de 4 de agosto de 2000 que “Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”.

Nota-se, portanto, a importância da legislação como forma de garantir a salvaguarda dos bens culturais, pois envolve o bem com uma dimensão valorativa de interesse coletivo, promovendo o seu reconhecimento como representativo para o país, a partir das políticas culturais implantadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN).

No plano internacional, após a Segunda Guerra Mundial, do século XX, com a consolidação dos organismos internacionais após a criação da ONU, ficou pronunciada a importância da cultura como um poder suave estruturante para sobretudo promover a paz.

Ainda sobre patrimônio cultural no contexto do nosso estudo referenciar: Fonseca (2005), Cerqueira *et al.* (2008), Meneses (2009), e Varine (2013) e em suas reflexões considerando o patrimônio nacional, educação patrimonial, o campo do patrimônio brasileiro e seus novos paradigmas e por fim acerca dos usos e potencialidades do patrimônio.

E sobre a ampliação do campo do patrimônio como forma de integração regional destacamos os patrimônios do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL³. E neste sentido trazemos a “Ponte Internacional Mauá” localizada em Jaguarão⁴, na fronteira com Rio Branco, no Uruguai, trata-se do primeiro patrimônio cultural reconhecido do MERCOSUL no ano de 2015, conforme estudo presente em seu dossiê de

³ Estados partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela (suspensa por não atender ao compromisso democrático – Protocolo de Ushuaia) e Estados associados: Bolívia (em processo de adesão), Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

⁴ Jaguarão, município brasileiro localizado no extremo sul do Rio Grande do Sul, possui 26.603 habitantes, (IBGE, 2022).

reconhecimento realizado pelo IPHAN (2015), publicado em português e espanhol, trazendo a fronteira como ponto de apoio e fortalecimento nas relações sul-sul.

Outro patrimônio do MERCOSUL foi apresentado no artigo intitulado “Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL: Serra da Barriga/Alagoas-Brasil” (Ribeiro; Melo, 2018), que passou por sua institucionalização no âmbito internacional a valorização de uma história das lutas e resistências à dominação na América Latina. Ainda, ao tratar sobre o tema “Patrimônio do Mercosul”, Ribeiro (2022) destaca o processo de regionalização é provocador de novas perspectivas para a ampliação do campo patrimonial.

Devido ao avanço e capilarização protetiva, principalmente após a Constituição Federal de 1988 observamos avanços para proteção em todos os níveis, além do nacional, consolidando e criando novas experiências estaduais e agora estimulando também as municipais. Logo, com a proteção legal os bens ficam protegidos caso sofram risco ou violação, é possível acessar diversas instâncias legais, conforme Miranda (2006).

Destaca-se por fim, no âmbito legal, a importância e competência para estados e municípios legislarem na esfera patrimonial por força constitucional. Assim, os municípios não estão subordinados aos estados e a união e sim pelo sistema constitucional o limite e as competências de todos os entes é estabelecido pela Constituição Federal.

Quem produz o Direito? Construção da Legislação

Conforme destacado no plano federal brasileiro sobre a temática do patrimônio cultural, a ingerência do IPHAN é significativa, e no Estado depende de cada contexto, assim como no Distrito Federal. No Rio Grande do Sul, atualmente, atua o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual do Estado do Rio Grande do Sul – IPHAE/RS. Já no Município destacam-se grandes avanços com a Constituição Federal de 1988 reconhecida como municipalista. Nos municípios o quadro é muito heterogêneo e complexo, tendo em vista os 5.568 municípios existentes, mas de modo geral observamos que grande parte das proposições partem por reserva legal de iniciativas do Poder Executivo.

O Poder Legislativo Municipal precisaria de um olhar para cada Município, para identificação do reconhecimento dos bens culturais, e em nossa cotidiano observamos que não é incomum a atuação através das homenagens e outras formas de reconhecimento desvelando principalmente o patrimônio imaterial e lugares de memória.

Por exemplo, em Pelotas/RS, no ano de 2017 foi declarado, pela Câmara de Vereadores como Patrimônio Imaterial, o “Bloco Burlesco Bafo da Onça” com base no estudo realizado por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, entre referências de pesquisa com destaque para a tese de doutorado da professora Ângela Mara Bento Ribeiro.

Assim, na atualidade é desejável que os diversos agentes sociais em suas profissões tenham disponibilidade para conhecer mais sobre o processo legislativo. Especificamente no Turismo, as duas últimas décadas foram de produções importantes no plano federal com a publicação da Lei 12.591/2012 que “reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício”, assim como da Lei Geral do Turismo Lei 11.771/2008 e a sua regulamentação por meio do Decreto 7.381/2010 que “Regulamenta a Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências”. Ainda sobre legislação e turismo, é importante referenciar Badaró (2005), a Uma coletânea de Legislação de Turismo (2008), e Martinez e Garcia (2014).

Desta forma, é necessário ressaltar o princípio da legalidade em nosso ordenamento jurídico; portanto, quando um município pode contratar um turismólogo? Sempre que quiser, evidentemente, podendo trabalhar em diversas esferas administração pública. Porém, de forma mais assertiva, para um concurso público para servidor efetivo é necessária a criação do cargo de turismólogos por meio de um projeto de lei que defina o número de vagas disponíveis e a respectiva competência, e depois as vagas precisam ser preenchidas por concurso público. E para os cargos em comissão que são de “livre nomeação e exoneração”, é necessário mencionar a importância das competências atribuídas no projeto de lei que criou o cargo, pois é imprescindível que os profissionais trabalhem de acordo com as competências designadas.

É evidente que as questões no mundo laboral são muito mais complexas e aqui é oportuna a obra “O que nunca nos contaram sobre Turismo?: bastidores do trabalho”, organizada por Silva (2021). Daí também a importância da produção legislativa para os profissionais que atuam como patrimônio cultural, pois estes são agentes fundamentais nas três esferas da federação e no Distrito Federal durante os processos de reconhecimento e acautelamento dos bens culturais. Logo, seja como técnico, assessor, professor ou qualquer outra profissão, em algum momento de suas trajetórias, é possível que estejam contribuindo com uma minuta que pode chegar a ser debatida como um projeto de lei, ou mesmo uma pesquisa que pode, ao seu tempo, servir de suporte para um regramento. E também discernir e questionar a motivação e a forma

como se dão tais processos é necessário, pois muitos bens já podem estar protegidos em termos normativos. Assim, antes de iniciar o questionamento se um bem deve ser posto em lei, é imprescindível uma pesquisa para verificar se existem leis anteriores, pois podem existir mais de um diploma legal tratando do mesmo tema.

Neste sentido, o direito é produzido por nós, profissionais que atuam no campo do patrimônio cultural e do turismo – destacando que a oficina foi direcionada para um público do turismo. Na maior parte das vezes, as minutas que envolvem o patrimônio cultural, como dito anteriormente, são realizadas por meio de proposições do Poder Executivo. Esta assertiva é importante no sentido de que as leis não estão prontas, e sim são construídas, valorizadas e mesmo esquecidas ou tornadas obsoletas pela sociedade, e muitas vezes passam pelo processo de revisão ou aprimoramento.

Sistema de Competências e a Autonomia Municipal

O município, por força do disposto nos artigos 1º, 18 e 29 da Constituição Federal, é pessoa jurídica de direito público interno, integrante da federação brasileira, dotado de autonomia política, administrativa e tributária, regendo-se por Lei Orgânica e pela legislação própria que editar. Sobre o patrimônio cultural, deve-se verificar o artigo 216 da Constituição Federal. Com relação à autonomia municipal advinda da Carta Constitucional de 1988, explica Itiberê de Oliveira Rodrigues (1999, p. 34),

Já em seu primeiro artigo há uma inovação substancial – somada ao artigo – declarando os municípios como entes da Federação brasileira. Tal modificação estrutural sepulta a discussão antes travada pelos juspublicistas acerca do caráter de ente federativo dos municípios brasileiros e diz, por conseqüência, que só a Carta Constitucional podeem nível vertical, a partir de agora, instituir obrigações aos municípios. Não obstante tal, parte da doutrina, ancorada em teorias estrangeiras que deitam raízes nos federalismos norte-americano e alemão insistem em dizer que, embora os artigos 1º e 18º da Constituição coloquem os municípios como entes federais, uma verdadeira federação se compõe apenas de dois entes. Tal miopia que teima em acomodar a realidade a teorias preconcebidas é um verdadeiro vício no Brasil, quando o contrário é que deveria acontecer: a teoria deve ajustar-se à realidade.

Sobre a competência legislativa do município Hely Lopes Meirelles (2001, p. 108) diz:

A autonomia política do Município compreende também o poder de legislar sobre sua auto-organização; sobre assuntos de interesse local; suplementar a legislação federal e estadual no que couber; [...]; promover no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso,

do parcelamento e da ocupação do solo urbano; promover a proteção do patrimônio histórico- cultural local, observada a legislação federal e estadual (Constituição Federal, artigos 29 e 30, I, II, III, IV, VIII e IX).

Logo, é oportuno destacar que, ao contrário do que se possa pensar em muitas matérias, o Município possui autonomia, não estando subordinado em nível hierárquico, com a União, em primazia, e após o Estado da federação. Isto sempre requer uma análise do caso concreto, pois, por exemplo, no campo da arqueologia, através da Lei Federal 3.924, de 26 de julho de 1961, "Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-histórico" existe competência centralizada na união.

Lei complementar n. 95 de 26 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a elaboração, redação e a consolidação das leis

Entre tantos caminhos possíveis para começar a pensar uma minuta de um projeto de lei é pertinente olharmos para a Lei Federal complementar n. 95 que "Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona".

Portanto, por meio da legislação mencionada, entende-se a sua importância em seu artigo inicial: "Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar". Assim em termos práticos, podem-se observar alguns parâmetros, conforme segue os iniciais e a obra de Galvão (1996).

Quadro 1 - Principais artigos da Lei Complementar 95/1998

Art. 3º A lei será estruturada em três partes básicas:
- parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;
- parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;
- parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.
Art. 4º A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.
Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.
Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:
I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto; - a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão; - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva; - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.
Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão. (Lei Complementar 95/1988).

Fonte: Os autores (2024).

Problematizando a proteção do Patrimônio Cultural através da legislação

De posse das possibilidades de proteção do patrimônio cultural entre os três entes da federação e Distrito Federal, sugere-se na proposição atenção especial ao Município. E com a técnica elencada por meio da própria legislação, como proceder à proteção legal de um bem cultural?

Antes, cabe esclarecer sobre o processo legislativo. As etapas e atos para a realização do mesmo são as seguintes: iniciativa, discussão, votação, sanção ou veto e finalmente a promulgação. Em relação à elaboração legislativa, deve-se observar as etapas: 1) Definição da matéria a ser normatizada; 2) Verificação da possibilidade jurídica; 3) Estudo da matéria, pesquisa da legislação e jurisprudência; 4) Elaboração de anteprojeto; 5) Revisão do anteprojeto; 6) Redação final.

Propondo a proteção do Patrimônio Cultural

Durante a oficina, foi proposto como atividade a iniciativa para propor uma lei:

- a) Defina uma matéria a ser normatizada, e desenvolva uma justificativa para tal, e se possível a esfera da federação mais adequada, preferencialmente municipal.
- b) Procure esboçar um anteprojeto de lei, encadeando a proposta em artigos, que podem se necessários ser explicados por meio de parágrafos e incisos.

No decorrer dos artigos é descrito o objeto, e se pode ou não prever alguma sanção e estabelecer as responsabilidades. Ao final é importante o prazo de vigência da lei, se imediata, ou com prazo. Nesse processo, a preocupação deve estar mais no conteúdo do que na forma, pois esta vai sendo aperfeiçoada com a prática.

Análise das proposições quanto à adequação do objeto e forma

Além da Iniciativa no Projeto de Lei, foi feita apresentação para discussão e votação entre os presentes. O voto podia ser favorável, contrário, ou para acrescentar emendas. Após cada votação que se referiu ao mérito e ao entendimento de se a proposta estava adequada, foram realizadas ponderações quanto à clareza, precisão do anteprojeto de lei, adequação à esfera da federação e a forma.

Assim, a oficina se propôs a discutir alguns elementos da técnica legislativa, que podem ser acessados a qualquer momento, e sobretudo problematizar que é possível legislar por meio da União, dos Estados, do Distrito Federal e principalmente do Município. Além disso, é ressaltado que a prática de traduzir nossos objetos de pesquisa e de trabalho em lei é uma possibilidade premente, o que, além de técnica, requer a necessária politização do objeto. A apresentação do projeto em forma de votação se propõe também a incitar os limites e as fragilidade das decisões que são emanadas pelo sistema político representativo. A imagem da Figura 1 representa, a conclusão da atividade.

Figura 1 – Desfecho da atividade – Da esquerda para direita: Profa Lucimari Acosta Pereira – FURG, Prof. Alan Dutra de Melo UNIPAMPA, Guia de Turismo Maria da Graça Brum Argoud e Profa. Alice Leoti UNIPAMPA- Coordenadora do Fórum Internacional de Turismo do Iguassu



Fonte: Acervo do autor (Melo, 2022).

Considerações finais

Destaca-se a importância da técnica legislativa dentro das competências e habilidades necessárias para a proteção do patrimônio cultural na atualidade. E não somente para quem tem formação jurídica ou exerce cargos públicos e sim para toda a sociedade. Aqui foi relatado uma oficina realizada no Fórum Internacional de Turismo do Iguaçu realizado em Foz do Iguaçu no estado do Paraná ao final do ano de 2022.

O entendimento dos autores deste trabalho aponta para a importância do patrimônio cultural como um elemento agregador para reinvidicação de direitos e memórias. E a legislação deve estar ao alcance de todos em uma sociedade democrática.

A participação social deve ser cada vez mais ampliada para definição dos bens culturais de modo eletivo e protetivo, e ressaltamos que foi sobretudo com base na Constituição Federal de 1988 que foi sedimentada a relevância de todos os grupos da sociedade brasileira devam atuar nos processos decisórios.

Este é um caminho necessário que precisa ser aprimorado e sedimentado, principalmente através do diálogo entre os diversos agentes que atuam em defesa e proteção dos patrimônios culturais, sobretudo na esfera municipal, sem desconsiderar os demais, no plano nacional e internacional, tendo em vista que escrutinar os bens culturais é um caminho necessário para o efetivo exercício dos direitos culturais.

Referências

- BADARÓ, R. A. de L. **Direito do Turismo: história e legislação no Brasil e no exterior**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- CERQUEIRA, F. V.; GUTIERREZ, E. J. B. G.; SANTOS, D. O. M. dos S.; MELO, A. D. de. **Educação Patrimonial: Perspectivas Multidisciplinares**. Pelotas: Editora da UFPel, 2008.
- DUARTE, A. S. As faces da cultura no âmbito da Constituição de 1988. In: FILHO, F. G. C.; BOTELHO, I.; SEVERINO, J. R. (orgs.) **Direitos culturais**. Salvador: EDUFBA, 2018. 245p.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; 2005.
- GALVÃO, R. et al. **Elementos de Técnica Legislativa**. Florianópolis: Sergio Antonio Fabris Editor, 1996. 128p.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Ponte Internacional Barão de Mauá: dossiê de candidatura**. Patrimônio Cultural do Mercosul – PCM. Brasília: IPHAN, 2015.
- MARTINEZ, R. C.; GARCIA, J. A. (orgs.). **Direito e Turismo**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MEIRELES, H. L. **Direito municipal brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MENESES, U. **O campo do Patrimônio Cultural**: uma revisão de conceitos. [S. l.]: IPHAN, 2009. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/MENESES_Ulpiano_O-campo-do-patrimonio-cultural---uma-revisao-de-premissas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2022.

MIRANDA, P. de S. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro**: doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

RIBEIRO, Â. M. B. **O bloco burlesco Bafo da Onça na ditadura militar**: carnaval e cultura em chave Bakhtiniana. Pelotas: UCPEL, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgl/files/2018/11/O-BLOCO-BURLESCO-BAFO-DA-ON%C3%87A-NA-DITADURA-MILITAR-%C3%82NGELA-MARA-BENTO-RIBEIRO.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

RIBEIRO, M. de F. B.; MELO, A. D. de. Patrimônio Cultural e Memória do MERCOSUL: Serra da Barriga/Alagoas – Brasil. **RELACult** - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 4, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/901/598>. Acesso em: 30 maio 2024.

RIBEIRO, M. de F.; BENTO, J. C. Patrimônio Cultural do MERCOSUL. In: MASCARENHAS, M.; S. da S. P.; GREGORY, V. (orgs.). **Lugares de Memória**. Ponta Grossa: Atena, 2022.

RODRIGUES, I. de O. **A competência e a autonomia municipal na constituição de 1988**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária/UFPel, 1999.

SILVA, F. C. da. **O que nunca nos contaram sobre Turismo?** Bastidores do trabalho. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Tríplice Fronteira Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR)

Cláudio Renato de Camargo Mello*

Mauro José Ferreira Cury**

Cristiano Kieling***

Introdução

O turismo é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), como uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento sustentável no mundo. Deste modo, quando nos reportamos à atividade turística aliada ao desenvolvimento é necessário que sejam considerados, além da sustentabilidade ambiental, fatores de ordem social, econômica, política, cultural.

A investigação objetiva a preservação do patrimônio cultural da tríplice fronteira Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR), ancorado no turismo como elemento estratégico propulsor do desenvolvimento sustentável, garantindo o monitoramento e a manutenção dos recursos deste território de maneira inclusiva – pela via da educação patrimonial e também a geração de empregos pela promoção da cultura local.

* Arquiteto e Urbanista. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus de Foz do Iguaçu. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural – PPGPPC/UFMS. Docente e Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo – GPARq/Unicruz, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ. Contato: arqmel@gmail.com

** Geógrafo. Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR em Turismo e Patrimônio Cultural pela Universitat de Barcelona – UB. Doutor em Geografia pela UFPR. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professor Adjunto do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Campus de Foz do Iguaçu. Docente dos Programas de Stricto-Sensu Sociedade, Cultura e Fronteiras, UNIOESTE – Foz do Iguaçu e de Geografia, UNIOESTE – Marechal Cândido Rondon. Contato: mauro-jfc@gmail.com

*** Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Graduando em Arquitetura e Urbanismo da Descomplica UniAmérica Centro Universitário Foz do Iguaçu. Pesquisador de Iniciação Científica do Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo – GPARq/Unicruz. Contato: cristiano.kieling@protonmail.com

A fronteira em estudo é considerada como a mais dinâmica e com maior densidade populacional entre as nove tríplices fronteiras do Brasil, em cujo território se estabelecem uma multiplicidade de relações. Nesta perspectiva, o desenvolvimento das atividades turísticas devem planejadas a partir de suas potencialidades, considerando-se que entre estas três cidades ocorre diariamente um intenso fluxo de pessoas onde os Parques Nacionais e as Cataratas do Iguazu (Brasil e Argentina); a Usina Hidrelétrica Itaipu Binacional (Brasil e Paraguai) e também a Zona Franca de Ciudad del Este (Paraguai) atuam como elementos de integração territorial, cujo conceito deve ser entendido a partir da constituição de alianças estratégicas de reforço aos processos de integração regional entre os países.

Os espaços de fronteira se constituem por sua natureza integradora e as relações de vizinhança nestas regiões, contribuem de forma significativa nas trocas que ocorrem cotidianamente. Desta maneira, os bens patrimoniais existentes, os símbolos e elementos específicos da cultura dos diferentes grupos sociais que compõe a complexidade étnico cultural desta região, viabilizam sua transmissão, materializadas nas peculiaridades de suas paisagens, arquitetura, gastronomia e demais elementos que constituem os patrimônios culturais e os lugares de memória. Neste contexto, Mello e Cury (2018) elucidam que:

As concepções correlatas do lugar, do cotidiano, do simbólico e do imaginário contribuem de forma significativa nas relações de vizinhança, na construção de identidades, onde as trocas sociais, culturais, políticas e econômicas fazem com que o espaço urbano de fronteira seja diferenciado e cuja concepção de território, como produto da apropriação do espaço feita através do imaginário social, considere sua (re)configuração de maneira integrada – de ambos os lados do limite (Mello; Cury, 2018, p. 19).

No entendimento de que o envolvimento e conseqüente comprometimento das comunidades na gestão de seu patrimônio cultural se dá pela via da educação patrimonial, há de se considerar a forma como ocorre esta relação entre a comunidade local e seu patrimônio e também a maneira como os turistas, enquanto visitantes ocasionais, se relacionam com o mesmo. São vivências que carregam significados diferenciados, dependendo do grau de identificação e/ou pertencimento que temos com os bens patrimoniais.

Assim, a relevância da discussão apresentada por meio do presente capítulo, fundamenta-se na constatação de que, dada a importância deste contexto transfronteiriço enquanto território turístico e, pelas peculiaridades de seu

povoamento, a promoção da valorização, preservação e divulgação do patrimônio destes municípios deve primar pela realização de um inventário enquanto um instrumento político que objetive a sustentabilidade das cidades de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR), destacando o papel de cada uma delas neste processo.

Contextualização teórica

As cidades são uma sucessão de temporalidades. O elemento que as distingue é seu patrimônio, em todas as suas vertentes. Nesta direção, a concepção de patrimônio deve ser considerada como aquela constituída pelos bens culturais de determinada comunidade ou grupo social, sendo, portanto, de fundamental importância à identidade e memória dos povos.

No Brasil, as políticas de preservação objetivaram inicialmente a organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A aprovação do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 instituiu o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN) e a criação da Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), cujas atividades vigoraram de 1934 a 1937. Nesse sentido, em sua gênese, pode ser considerado o primeiro órgão nacional orientado para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e em cujas competências estariam, entre outras, a realização de um inventário – a título de recomendação ao governo federal – das edificações de relevância e valor artístico e histórico, as quais seriam passíveis de receber o título de “monumento”.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936 significou o marco oficial do processo de preservação do Patrimônio Histórico no país. Instituído pelo Artigo 46 da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, ao SPHAN são atribuídas a promoção permanente “o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. No âmbito do ordenamento jurídico brasileiro, obteve força de lei com o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, mais conhecido como Lei do Tombamento, cujo objetivo era o de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Com relação às dificuldades encontradas para a fixação de parâmetros que possam estabelecer indicadores a respeito dos bens passíveis de preservação, Fonseca (1997) esclarece que:

As políticas de preservação se propõem a atuar basicamente, no nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma identidade coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é pelo menos o discurso que costuma justificar a constituição

desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação (Fonseca, 2005, p. 21).

No decorrer do processo das políticas de preservação no Brasil, de acordo com Oliveira (2008), por diversas alterações administrativas, através de decretos governamentais, o SPHAN teve tanto sua denominação quanto estruturas funcionais alteradas.

A Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 215 e 216, estabeleceu novas regras jurídicas para a questão do Patrimônio Cultural. Pelo Artigo 215, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”.

A partir da ampliação do conceito de patrimônio, expresso no Artigo 216 da Constituição de 1988, ele é redefinido como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Incluem-se aí:

- 1) as “formas de expressão” – consideradas de importância para a cultura e para a manutenção da memória e identidade de determinados grupos sociais;
- 2) os “modos de criar, fazer e viver” – tendo na busca da construção de políticas e instrumentos integrados de salvaguarda, a garantia das condições da continuidade de sua produção e reprodução ao longo do tempo.

Se por um lado, os incisos I e II, o Art. 216 reforçam o caráter universalista da cultura, de outro, há de se tomar cuidado para que não se banalize a ideia de que tudo é ou pode vir a ser patrimônio. Assim, em uma perspectiva histórico-cultural, a preservação do patrimônio cultural assegura a continuidade da história, salvaguardando os costumes e tradições locais, além de estabelecer bases de apoio a políticas de desenvolvimento sustentáveis.

No sentido do exposto acima, relacionando os desafios da sustentabilidade às políticas do patrimônio, Figueiredo (2014), no parágrafo inicial de seu texto “Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento?” alerta:

Preservar considerando a composição constante dos significados, identidades e tradições; considerando o patrimônio como recurso ao desenvolvimento; e, simultaneamente, construindo o patrimônio em seu sentido social, de cidadania e promovendo a qualidade de vida para um futuro em que se almeja a equidade, o direito à memória e à diversidade cultural, dentro de uma estratégia interdisciplinar e interinstitucional, colocam-se como os principais desafios daquilo que se designa por “sustentabilidade” no âmbito das políticas de patrimônio (Figueiredo, 2014, p. 91).

Nesta direção, Castriota (2009) contemporaniza o conceito de patrimônio ambiental urbano, saindo dos limites tradicionais ao aclarar a possibilidade de perceber a cidade como um processo, e pensá-la como um “patrimônio ambiental”. Assim, em suas palavras:

É pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos “excepcionais”, mas o próprio processo vital que informa a cidade. Neste campo, o tipo de objeto a ser protegido muda, passando do monumento isolado a grupos de edificações históricas, à paisagem urbana e aos espaços públicos. Assim, quando se pensa em termos de patrimônio ambiental urbano, não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um momento singular do passado, mas torna-se necessário, antes de mais nada, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações (Castriota, 2009, p. 160).

Diante do exposto, fica evidente que as práticas preservacionistas, quando associadas ao desenvolvimento urbano, corroboram para que a cidade passe a ser sistematicamente estudada a partir de sua ambiência, visto que ao atribuímos melhores condições ao espaço urbano, estamos gerando maior qualidade de vida para os sujeitos que o usufruem e, conseqüentemente, incentivando de maneira sustentável a preservação do patrimônio cultural e da memória social.

Ao reflexionarmos sobre estas questões, não podemos deixar de considerar as relações que o patrimônio estabelece com o turismo e, compreendermos que este também ampliou seu campo de ação, ao valorizar a cultura enquanto condição de sua prática e incluir outros meios de oferta, a partir dos símbolos e elementos que dão identidade às etnias de cada lugar, viabilizando sua transmissão não apenas por meio das paisagens e da arquitetura, mas também da gastronomia, da língua, dos vestuários típicos, da música, das festas folclóricas e religiosas, dos museus, entre outros.

Nesta perspectiva, pela via do turismo, a cultura se materializa no espaço e favorece a constituição dos lugares de memória e dos patrimônios culturais. A

importância deste aspecto reside nas relações estabelecidas entre os visitantes ocasionais (turistas) e os habitantes locais. A este respeito, Meneses (2009) explicita que a maneira como um habitante se relaciona com o patrimônio local parte de ações plenamente territorializadas e onde cujos procedimentos se associam “aos demais espaços contíguos em que se desenrolam sua vida cotidiana”. Neste aspecto, este autor sinaliza que:

Trata-se, portanto, de uma relação de pertencimento – mecanismo nos processos de identidade que nos situa no espaço, assim como a memória nos situa no tempo: são as duas coordenadas que balizam nossa existência. [...] já para os turistas, a atividade que executam se revela desterritorializada, seccionada de seu cotidiano, opondo-se mesmo a ele, pois despreendida de habitualidade (Meneses, 2009, p. 27).

Em contrapartida, apesar de considerarmos a ligação indissociável entre turismo e patrimônio, há de se tomar cuidado quanto aos impactos gerados pelo desenvolvimento das atividades turísticas em relação ao patrimônio cultural. Por conseguinte, o desenvolvimento de um turismo sustentável perpassa pela negação e invalidação da atividade turística exclusivamente enquanto um produto de consumo, ainda que saibamos que o patrimônio seja o elemento que constitua seu valor econômico.

Conforme elucidado na introdução deste texto, os principais atrativos turísticos do território trinacional atuam como elementos de integração territorial, sendo eles: no segmento do ecoturismo – os Parques Nacionais e as Cataratas do Iguazu (Brasil e Argentina); no segmento do turismo técnico-científico – a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional (Brasil e Paraguai) e no segmento do turismo de negócios – a Zona Franca de Ciudad del Este (Paraguai). Desse modo, um importante referencial teórico para o planejamento e gestão estratégica do turismo em Foz do Iguazu é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que por sua abundância de informações e influências, se prolongam às outras duas cidades trigêmeas¹ – Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR).

¹ Definido por Cury e Fraga (2013), **idades trigêmeas** “são três as cidades que compõem uma realidade única, fruto de uma relação complexa de aproximações e contraditórias, marcada por tensões que geram um mundo vivido do real em detrimento daquilo que pressupõe como ideal. Cidades trigêmeas são marcadas por atitudes de quem as vive, com políticas públicas distintas ou não, pois o conjunto de cidades transfronteiriças é marcado, sobretudo, pelo território que dá identidade ao povo que nele vive.”

Além da evidência destes patrimônios monumentais, a região trinacional conta ainda com inúmeros atrativos voltados ao turismo náutico, fomentado em função de dois dos maiores rios brasileiros (Rio Paraná e Rio Iguaçu); do Lago de Itaipu e suas praias lacustres, bem como os passeios de Kattamaram pelas corredeiras do Rio Iguaçu. Similarmente apresenta demanda, o turismo rural e o turismo de aventura em municípios do Polo Turístico de Foz do Iguaçu. Em relação ao turismo cultural, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) evidencia que:

O segmento do turismo cultural tem grande destaque, em especial, no município de Guaira, onde se pode conhecer a história dos jesuítas, sua passagem, além da colonização destas terras. Em Santa Helena, a Coluna Prestes é visível das ruínas da ponte queimada e do Memorial Coluna Prestes, onde se encontra a primeira obra de Oscar Niemeyer em terras paranaenses, o obelisco em homenagem a Luiz Carlos Prestes (Paraná, 2017).

Em Puerto Iguazú (AR), a menor e menos densa das cidades trigêmeas, a diversidade estilística da produção de um dos arquitetos mais relevantes da história Argentina, Alejandro Gabriel Bustillo Madero (1889-1982), pode ser contemplada em cinco edificações declaradas patrimônio local, a saber: o conjunto formado pelo antigo Hotel Cataratas e o Mirador – na área das cataratas do Parque Nacional Iguaçu (PNI/AR); os prédios da Intendência do Parque Nacional Iguaçu e da Aduana Nacional – ambos situados na Avenida Victoria Aguirre; a Polícia Provincial – na esquina entre as avenidas San Martín e Victoria Aguirre e a Escola de Fronteira nº 615 “Mariano Moreno” – na Avenida San Martín entre as avenidas Victoria Aguirre e Tres Fronteras. Adicionalmente, diversos edifícios da cidade são de interesse histórico e cultural, como o Hospital e a Casa Museu Dr^a Martha Teodora Schwarz, a Planta Potabilizadora de Água (IMAS), entre outros.

Em Ciudad del Este (PY), além do forte Turismo de compras que a caracteriza, existem muitos outros atrativos culturais e turísticos com grande potencial de patrimonialização, ainda que do ponto de vista estrutural haja problemas que impedem a conservação no país. A busca de solução para problemas mais urgentes e tidos como mais graves, aliado a falta de técnicos locais para atuarem nesta área, colaboram para a carência do Paraguai em relação aos demais países do Mercosul (especificamente ao Brasil e Argentina), onde a Secretaria Nacional de Cultura (SNC) – por intermédio da Direção Geral de Patrimônio Histórico, está incumbida de fazer este gerenciamento, por meio de direções setoriais de cultura nas municipalidades do país.

Da mesma maneira, o Departamento de cultura da municipalidade trabalha de maneira interinstitucional com a Direção de Turismo do Paraguai (DITUR) e com a Secretaria Nacional de Turismo (SENATUR) como forma de gerenciar as atividades artísticas, recreativas, sociais e culturais da cidade. Merece destaque ainda o Museu “EL Mensú²” – localizado em um prédio na municipalidade, que foi a primeira casa da cidade e portanto, lugar de referência para se conhecer um pouco da história da colonização da cidade e de seus fundadores e o Museu “Moisés Bertoni” – situado às margens do Rio Paraná, no Distrito de Presidente Franco, que se constitui em um espaço turístico e de preservação da história e memória do naturalista suíço Moisés Bertoni.

Nesta orientação, ainda que os muitos exemplares do patrimônio arquitetônico urbano dos três municípios que compõe o território em estudo relacionem – por meio de suas características estéticas e funcionais – as diferentes temporalidades em que foram produzidos, as lacunas e deficiências na legislação não garantem a promoção de sua preservação. Assim, a construção de políticas e instrumentos integrados de salvaguarda entre os três países, se apresenta como um caminho possível para a preservação.

Mas de que maneira então podemos associar o patrimônio cultural ao desenvolvimento sustentável? A partir da constatação da possibilidade de extinção dos recursos naturais como consequência direta da produção e massa e do consumo desenfreado, alguns encontros internacionais foram realizados, na busca de caminhos possíveis para minorar estes problemas. Assim, a elaboração da definição do termo “desenvolvimento”, adjetivado pelo vocábulo “sustentável”, concebido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado no Relatório Brundtland (1987), onde *Desenvolvimento sustentável* foi definido ali como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.”

O primeiro passo para que se alcance efetivamente desenvolvimento de maneira sustentável é o reconhecimento da finitude de nossos recursos naturais a fim de que se inverta a lógica de produção em quantidade, pela diminuição do uso de insumos (matérias-primas), considerando a possibilidade de utilização de material reciclado nos processos produtivos.

² De acordo com Gregory (2008), Mensú era a designação dada aos trabalhadores paraguaios, os chamados guaranis modernos, que se propunham a trabalhar braçalmente numa obra – empreendimentos de exploração das propriedades do Oeste e Sudoeste do Paraná, antes da colonização moderna da região.

Desta forma, para que se tenha um desenvolvimento econômico equilibrado, todos os níveis em que a sustentabilidade atua – social, econômico e ambiental, devem coexistir e inter-relacionar-se integralmente. Para que isso ocorra, é necessário planejamento e, especificamente em relação ao patrimônio cultural, envolvimento dos poderes constituídos e da população pela via da educação patrimonial em uma perspectiva de práxis educativa. Destarte, segundo Horta (1999):

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (Horta, 1999, p. 6).

Arelado à estas discussões multidisciplinares, entende-se que a questão do valor que se confere a determinados bens enquanto patrimônio – valores atribuídos por grupos sociais (atores do processo) a bens e lugares, são práticas que legitimam e justificam sua proteção. De acordo com Fonseca (2005), são esses processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios.

Meneses (2009) coloca que, para além da inconveniência das categorias usuais de “valor arquitetônico” ou “valor histórico”, a questão nuclear encontra-se na matriz de valor, a partir de quem cria e/ou atribui valor a determinados “bens patrimoniais”. Nesta perspectiva, concordamos com as ideias deste autor ao aclarar que “o patrimônio deve ser tratado unificadamente, sem distinguir as categorias de material, imaterial, natural, ambiental, histórico, arquitetônico, artístico, etc.”, propondo ainda como principais componentes do valor cultural: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. A partir destas categorias de valoração que são atribuídas aos monumentos, é possível determinar quais as estratégias operacionais mais adequadas a serem utilizadas para a proteção do patrimônio.

Relativamente ao inventário – instrumento a serviço das políticas de preservação, a investigação busca apontar caminhos que conduzam a tomada de medidas de conservação e salvaguarda integrada do patrimônio cultural da tríplice fronteira em estudo, no sentido de minimizar a dissociação prejudicial entre as políticas urbanas em geral e as políticas de patrimônio, conforme assinala Castriota (2009):

Diante deste quadro, parece-nos muito promissora a utilização de um instrumento tradicional do campo da preservação do patrimônio, o inventário, que, bem explorado metodologicamente, poderia ultrapassar a sua função original – a de produzir um registro de bens culturais a serem protegidos – passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, que forneça bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes, que, respeitando as particularidades locais, utilizem-nas como base para o desenvolvimento (Castriota, 2009, p. 189-90).

Fundamentado no mapeamento dos exemplares mais significativos, espera-se dar início ao processo de um inventário sustentável para o patrimônio cultural da tríplice fronteira Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR), na busca do elo existente entre as cidades e sua evolução histórica, onde a preservação da paisagem urbana seja vista como um bem representante das raízes da identidade cultural destas populações.

Metodologia

A pesquisa é do tipo aplicada, visto que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (Gerhardt; Silveira, 2009); de caráter exploratório – orientando a formulação de hipóteses, uma vez que em nosso entendimento, existem poucas informações disponíveis sobre o tema ao qual se relaciona nosso objeto de estudo; e de abordagem mista (triangulação metodológica ou mixed-methodology) que, de acordo com Creswell (2010), “é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo”.

Nesta perspectiva, as estratégias quantitativas da investigação apontam para a utilização de pesquisa de levantamentos onde são verificados, por exemplo, o valor que as populações estudadas atribuem a determinados patrimônios arquitetônicos, mediante a aplicação de questionários e/ou entrevistas para a coleta de dados. Nesta direção, como forma de obtermos dados mais confiáveis, o tamanho da amostra, definida pelo método de amostragem probabilística, foi de 100 pessoas no Brasil (Foz do Iguaçu), 100 pessoas no Paraguai (Ciudad del Este) e 100 pessoas na Argentina (Puerto Iguazú), totalizando 300 pessoas pesquisadas.

Com relação aos instrumentos de pesquisa, o questionário aplicado foi o mesmo para os três municípios da investigação, considerando-se apenas que nas questões referentes ao patrimônio urbano, foram elencados os bens selecionados em cada um dos municípios. Com relação ao roteiro de entrevista, aplicada em órgãos ou

instituições que tratem da temática patrimônio e turismo, não houve alteração em nenhuma das questões propostas.

Referente às estratégias qualitativas, entendemos que uma aproximação à etnografia, além de estabelecer uma relação interdisciplinar entre a antropologia e a arquitetura, possibilita ao arquiteto pesquisador, uma percepção mais aproximada e mais densa acerca da ambiência das cidades. Desta forma, esta metodologia evidenciaram a legitimação de determinados edifícios isolados ou conjuntos de edificações (que configuram contextos urbanos) enquanto patrimônios de determinado lugar.

Ainda no contexto da interdisciplinaridade, o olhar para a ciência geográfica foi fundamental, visto que o espaço do lugar e seu(s) significado(s), bem como o debate sobre territórios e territorialidades requerem este diálogo com a arquitetura e o urbanismo. Assim, o desenvolvimento da pesquisa nos conduziu ao cruzamento destas diferentes estratégias metodológicas, permitindo a associação de diferentes abordagens e desencadeando procedimentos de métodos mistos onde foram considerados os critérios científicos que devem cumprir ambos os métodos, conforme apontados por Richardson (2012), a saber: confiabilidade e validade (internas e externas).

A proposta metodológica dividiu o trabalho de pesquisa em etapas bem caracterizadas, que incluíram como instrumentos de coleta de dados a revisão bibliográfica, embasada em pesquisa histórica documental, a fim de que fosse possível identificar a estruturação dos núcleos primitivos dos municípios da Tríplice Fronteira em estudo e, a partir desta, verificar a maneira como a dinâmica das transformações espaciais se refletiram na morfologia urbana de cada um destes municípios em seus diferentes períodos históricos.

O conhecimento e análise destas realidades nos permitiram a elaboração de um inventário de identificação do patrimônio urbano de Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR), fundamentado no desenvolvimento sustentável do turismo, como forma de proteção para a preservação dos bens culturais deste território bem como a garantia de seus recursos de maneira inclusiva, considerando que:

O inventário é uma ferramenta básica para a gestão de qualquer bem. É indispensável para a elaboração e implementação de políticas no que diz respeito à preservação e promoção dos bens culturais. Monumentos e sítios, objetos de museu e muitas outras manifestações da nossa herança cultural, tanto tangíveis quanto intangíveis, existem em grande número em todo o

modo. É somente quando eles estão devidamente listados, identificados e classificados que programas para a sua proteção podem ser sistematicamente planejados e realizados (Sikes, 1984, *apud* Mota; Rezende, 2017, p. 11-12).

Neste contexto, o estabelecimento de critérios para a elaboração do inventário foi de fundamental importância, visto que devem considerar o seu valor histórico, sua relevância cultural e morfológica, bem como os valores de representatividade e de referência com um enfoque direcionado ao conhecimento, gestão e preservação. Os bens culturais selecionados foram cadastrados em fichas adaptadas pelos autores, conforme o modelo adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE, estado do Rio Grande do Sul/Brasil, onde constam, entre outros elementos, seus respectivos endereços, uso e ano de construção; o levantamento fotográfico (geral e de detalhes).

Cabe ressaltar que estes dados básicos fazem parte da metodologia pertinente aos inventários de identificação, conforme destacado por Guedes (1987), ao se referir a uma das três categorias pautadas pelo arquiteto colombiano Guillermo Trimmiño Arango que, de acordo com Mota e Rezende (s.d.) coordenou os inventários desenvolvidos na Venezuela, abrangendo todo o território nacional, e esteve no Brasil como consultor da Unesco para tratar do tema dos inventários, no final da década de 1970.

A metodologia utilizada para a etapa onde deverão ser implementadas ações no âmbito da educação patrimonial baseou-se nas experiências de Horta (1999), uma vez que seus princípios vinculam-se com a prática direta dos bens e fenômenos culturais, para chegar à sua compreensão, internalização e valorização e também de nas etapas descritas por Grunberg (2007), a saber: observação, registro, exploração e apropriação; como forma de assegurar a necessidade de preservar a memória coletiva, cuja função é a de contribuir para o sentimento de pertinência de determinado grupo a um passado comum. Desta maneira, pela educação patrimonial, se fortalecem os sentimentos de identidade e cidadania.

Resultados

Em nível técnico, o estudo de cidades fronteiriças vem a fomentar novos olhares para o campo da preservação do patrimônio cultural e da memória, tão importante às gestões urbanas. À medida que foram sendo formuladas as discussões geradas pela pesquisa, estabeleceram-se bases para criação de políticas públicas, projetos urbanísticos e ações socioculturais que agreguem valor e qualifiquem esses espaços. A pesquisa suscitou questões teóricas pertinentes às questões da vida em sociedade

como a preservação do patrimônio cultural, o desenvolvimento sustentável do turismo, o direito à cidade e o papel do planejamento urbano.

Neste encadeamento, desde o ano de 2017, o município de Foz do Iguaçu (BR) deu início à estruturação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e também a municipalidade de Puerto Iguazú (AR), instituiu, sob o governo de Claudio Raul Filippa, a Dirección de Patrimonio Histórico Y Cultural – Iguazú (DPHC), com a finalidade de ordenar e integrar em um espaço, o patrimônio material e imaterial da cidade, valorizando o patrimônio histórico e cultural da Província de Misiones de maneira ordenada e acessível à comunidade. Neste intuito, o trabalho desenvolvido pela equipe da DPHC – Iguazú vem buscando compreender a história local e sua forte relação com o turismo, como forma de legitimar e reforçar a identidade de sua comunidade.

Como decorrência da pesquisa e por ações de parcerias com instituições de ensino e governamentais foi possível a viabilização do *Primeiro Seminário Internacional sobre Preservação do Patrimônio Cultural no Território Trinacional (I SIPPAT): Em busca da construção de políticas e instrumentos integrados de salvaguarda*, que objetivou suscitar discussões a partir do patrimônio cultural dos municípios de Foz do Iguaçu (Estado do Paraná, Brasil), Ciudad del Este (Departamento de Alto Paraná, Paraguai e Puerto Iguazú (Província de Misiones, Argentina), assim como destes três países, buscando estabelecer o diálogo entre Universidades e pesquisadores da área.

O evento, ocorrido de 12 a 15 de novembro de 2018, foi sediado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – campi de Foz do Iguaçu (BR) e coordenado pelo Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Sociedade, Cultura e Fronteiras, nível de Mestrado e Doutorado, com apoio da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desta forma, se constituiu como uma oportunidade de estabelecer relações entre Sociedade Civil, Órgãos responsáveis pelo patrimônio, Poderes Públicos Municipais e Ministério Público, a fim de ampliar as discussões a respeito das políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural da região.

Na perspectiva de ultrapassar as fronteiras geopolíticas e pelo grande impacto gerado nos três países envolvidos, o II SIPPAT foi realizado de 12 a 15 de novembro de 2019, na cidade de Puerto Iguazú (AR), com o reconhecimento da Comissão Nacional Argentina de Cooperação com a UNESCO (CONAPLU), com o apoio da municipalidade e com a coordenação da Dirección de Patrimonio Histórico Y Cultural – Iguazú (DPHC), cuja Comissão Científica permanece sob o gerenciamento da UNIOESTE.

Por fim, já estão sendo buscadas parcerias com a Escola de Pós-Graduação da Universidade Nacional del Este (UNE) e com o Museu de Itaipu Tierra Guarani (em Hernandarias – Alto Paraná) para que no próximo ano (2025), o III SIPPAT seja realizado em Ciudad del Este, consolidando este evento internacional no calendário cultural do território trinacional.

Considerações finais

Discutir as relações entre Patrimônio Cultural, Turismo e Desenvolvimento Sustentável na Tríplice Fronteira Brasil (BR), Paraguai (PY) e Argentina (AR), foi o que nos propusemos neste capítulo. Assim, em uma abordagem com foco na principal na interdisciplinaridade, a partir do debate acerca deste conjunto de temas, podemos engendrar algumas considerações que possam vir a contribuir para a construção de políticas e instrumentos integrados de salvaguarda para este território, a saber:

- 1) que é preciso entender a região em estudo para além de sua concepção geopolítica, como um espaço dinâmico de trocas e relações de interesses heterogêneos, construído a partir da miscigenação das diferenças entre o eu e o outro, caracterizando o fronteiroço como um ser híbrido;
- 2) que a produção do espaço desta região deixe de ser apreendido a partir de uma lógica exclusivamente nacional, pressupondo-se a viabilidade de políticas urbanas comuns para os três países desta tríplice fronteira;
- 3) que os patrimônios culturais de cada país representam simbolicamente a memória e identidade de cada povo, e necessitam ser preservados em uma relação harmônica com a contemporaneidade, frente às transformações espaciais da cidade;
- 4) que são urgentes ações voltadas à educação patrimonial, a fim de que a população do território trinacional reconheça o real valor do seu patrimônio e, a partir de sua identificação com os mesmos, se apropriem destes, passando a zelar por sua conservação e preservação;
- 5) que as ações conservação e preservação do patrimônio sejam integradas às demais políticas públicas e pautadas no entendimento da sustentabilidade como um legado para as gerações futuras;
- 6) que as cidades sejam entendidas enquanto patrimônio ambiental urbano e as atividades turísticas sejam nelas exercidas considerando as recomendações fundamentadas no Plano de Desenvolvimento Integrado do

Turismo Sustentável (PDITS) e no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável (PDDIS/Foz);

- 7) que no contexto das ideias de conservação integrada, o inventário proposto esclareça e sensibilize os poderes constituídos nas municipalidades, a fim de que se adequem os instrumentos de política (econômica, tributária e financeira), redirecionando os gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano;
- 8) que de maneira conjunta, se reverta o atual modelo de cidade, integrando-a aos instrumentos de gestão urbanística, considerando-se princípios da sustentabilidade, dentro de uma nova perspectiva para o planejamento ambiental voltado à soluções de problemas de exclusão social, mobilidade urbana, mudanças climáticas, entre outros.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas e Instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, M. J. F.; FRAGA, N. C. Conurbação Transfronteiriça e o Turismo na Tríplice Fronteira: Foz do Iguazu (Br), Ciudad Del Este (Py) e Puerto Iguazú (Ar). **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, v. 5, n. 3, p. 460-475, 2013. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2253>. Acesso em: 16 set. 2018.

FIGUEIREDO, V. G. B. Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento? **Ambiente & Sociedade**, [S. l.], v. 17, p. 91-110, 2014.

FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FOZ DO IGUAÇU. **Lei Municipal nº 271**. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDDIS/FOZ. Foz do Iguazu, PR, 18 jul. 2017. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-foz-do-iguacu-pr>. Acesso em: 21 set. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

GUEDES, M. T. Inventário nacional dos bens imóveis: instrumento para uma proteção eficaz. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 86-89, 1987. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/RevIPHAN/7993>. Acesso em: 27 jun. 2016.

HORTA, M. de L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

MELLO, C. R. de C.; CURY, M. J. F. Território e poder: a dinâmica das transformações espaciais na Tríplice Fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Puerto Iguazú (AR) e Ciudad del Este (PY). In: CURY, M. J. F. (org.). **Olhares Interdisciplinares sobre o Território e as Territorialidades em Fronteiras**. Curitiba: CRV, 2018.

MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: I FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO, v. 1, p. 25-39. **Anais...** Ouro Preto/MG: IPHAN, 2009.

OLIVEIRA, A. F. B. O IPHAN e o seu papel na construção/ampliação do conceito de patrimônio histórico/cultural no Brasil. **Cadernos do Ceom - Unochapecó**, Chapecó, n. 29, p. 19-38, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Turismo do Estado do Paraná. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável –PDITS: Polo Turístico de Foz do Iguaçu**. Curitiba: Estado do Paraná, 2017. 371 p. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucionalPDITSFozdoIguacu.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

Patrimônio Cultural, Turismo e Extensão Universitária: um relato de experiência sobre a Culinária do Açúcar de São Cristóvão/SE

Rosana Eduardo da Silva Leal*

Introdução

Na contemporaneidade, o turismo tem se mostrado uma atividade que ultrapassa a dimensão macroeconômica, servindo como ponte entre diferentes culturas, tornando-se também meio de desenvolvimento local para as regiões onde está inserido. As cozinhas regionais, por exemplo, são um dos elementos apropriados pela atividade turística e utilizados para alcançar benefícios sociais, culturais e econômicos das localidades, permeando espaços, indivíduos, grupos, saberes e fazeres, bem como trocas materiais e simbólicas. Neste âmbito, a alimentação deixa de ser vista apenas pela perspectiva nutricional, permitindo ter a dimensão histórico-cultural valorizada, passando não só a complementar atrativos, mas também possuindo sua própria atratividade.

Neste sentido, o turismo aparece como importante ferramenta de estímulo à cultura, uma vez que tem a capacidade de ofertar diversas atividades criativas geradoras de práticas empreendedoras com retorno econômico. Além disso, tal como afirma Medina (2012), a atividade turística atua como importante influência de reconstrução de identidades culturais e estímulo às práticas sustentáveis. Assim, para refletir sobre este contexto, o presente texto busca tratar da relação entre patrimônio, turismo e extensão universitária, tendo com campo empírico a culinária do açúcar da cidade histórica de São Cristóvão, primeira capital de Sergipe e quarta cidade mais antiga do país.

Para tanto, o artigo tratará primeiramente da relação entre cultura e produção artesanal, considerando a importância socioeconômica deste diálogo. Posteriormente, será apresentado um relato de experiência das ações extensionistas resultantes do

* Doutora em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco; Líder do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo (ANTUR/UFS/CNPQ); Docente do Departamento de Turismo e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe. Contato: rosanaeduardo@academico.ufs.br

projeto de pesquisa intitulado “A Culinária do Açúcar em São Cristóvão: um estudo sob a perspectiva antropológica, patrimonial e turística” (ANTUR/UFS/CNPQ)”, que buscou documentar a produção doceira sancristovense, realizando também práticas extensionistas nas instalações da Universidade Federal de Sergipe.

Cultura e produção artesanal

Os bens culturais possibilitam a criação de atividades econômicas estimuladas pelo patrimônio local com considerável potencial de geração de renda, empregabilidade e inclusão social. Ao seguir tal premissa, podemos perceber que o campo da cultura abre possibilidades metodológicas e interdisciplinares, uma vez que é capaz de congrega um diversificado conjunto de campos de conhecimento e do saber acadêmico, que estimula ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo patrimônio, turismo, artes cênicas e visuais, fotografia, artesanato, audiovisual, entre outros.

A cultura tem importante papel na promoção do desenvolvimento social, sobretudo em nações pobres. Além da sua dimensão simbólica, envolve também a dimensão econômica, uma vez que constitui um importante campo de empreendedorismo e empregabilidade local (Leal; Barrio, 2016, p. 20).

Pode ainda estimular a microeconomia local possibilitando a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e a cidadania ativa, tendo por base os saberes e fazeres tradicionais.

Entretanto, como apontam Bolaño e Santos (2016), precisamos considerar criticamente a perspectiva funcionalista e utilitarista da cultura, levando em consideração os processos de mercantilização presentes nos discursos, projetos e políticas públicas envolvendo a produção cultural brasileira. Os respectivos autores relembram ainda que a cultura como um mecanismo de desenvolvimento nacional requer atenção e criticidade quanto aos embates, tensões e disputas políticas e mercadológicas, que estão em curso na contemporaneidade¹.

No Brasil, a partir de 2003, a cultura passou a ser pensada em termos de políticas públicas, como meio de desenvolvimento e ferramenta de inclusão social, bem como de promoção da diversidade cultural brasileira. Desde então, passou a contar com programas de incentivo, editais e recursos financeiros para fomentar produções

¹ “A subordinação da criatividade à inovação e à lógica dos direitos de propriedade intelectual implica não somente sua circunscrição a determinados arranjos institucionais, facilitadores dos processos de inovação, quanto seu direcionamento às demandas mercadológicas” (Bolaño, Santos, 2016, p. 15).

culturais, buscando torná-la acessível a todos os brasileiros, independente da classe social. Nesta perspectiva, começou a ser pensada como fonte de desenvolvimento social e econômico para seus produtores, por meio da inserção das expressões locais na economia da cultura (Carvalho; Nóbrega, 2012).

Conforme salienta Yúdice (2004), a economia da cultura está embasada em uma economia criativa bastante presente no mundo globalizado contemporâneo. Para o autor, a economia e a cultura devem se realimentarem não para transformar as produções da vida social em mercadoria, mas para possibilitar um tratamento instrumental, ou seja, de aplicabilidade à cultura como fonte inesgotável de emancipação social. Nesta perspectiva, a cultura deve ser capaz de atrair e gerar investimentos que sejam sensíveis às demandas étnicas e de gênero, buscando fortalecer a sociedade civil e servindo como anfitriã para o desenvolvimento político e econômico. Mas para que tal realidade se concretize, é preciso que seja percebida enquanto mecanismo de gestão, conservação, acesso, distribuição e investimentos.

Os bens culturais têm uma intensa potencialidade para promover o desenvolvimento socialmente justo. Conforme salienta Carvalho e Nóbrega (2012), estes podem ser usados como mecanismo de redução das desigualdades sociais e recursos de aprimoramento humano, que possibilitam o protagonismo de comunidades locais enquanto agentes ativos, que buscam desenvolvimento sustentável. São importantes meios de combate à miséria e exclusão social.

Assim, o “[...] empreendedorismo, neste sentido, é descrito como uma nova forma de pensar e uma nova atitude, em busca de oportunidades no contexto cultural e, por extensão, criativo” (Oliveira; Araujo; Silva, 1990, p. 23). Neste âmbito, podemos encontrar diversos processos endógenos de empreendedorismo periférico e popular. Oliveira, Araújo e Silva (1990, p. 12) pontuam que,

[...] as atividades culturais de vários tipos e os bens e serviços que eles produzem são valorizados por razões sociais e culturais que possam complementar ou transcender uma avaliação puramente econômica. Essas razões podem incluir considerações estéticas ou a contribuição das atividades para a compreensão da comunidade da identidade cultural.

A produção artesanal, em grande medida, evidencia características pré-capitalistas, trazendo em si traços socioculturais e estéticos, tradições, modos de vida, bem como a criatividade e a autonomia de seus artesãos. Porém, muitas vezes, tais produções são elaboradas em realidades em que as desigualdades sociais e econômicas,

a pobreza, a falta de serviços básicos e a exclusão social se fazem presentes. Por isso, há hoje um forte interesse do setor público e de organizações não-governamentais em fomentar as atividades artesanais como mecanismo de empregabilidade e renda. Para Cunha e Vieira (2009, p. 259) “a atividade artesanal cumpre importante papel, especialmente para as populações rurais e de pequenos municípios do interior do Brasil, como estratégia de sobrevivência”.

Entretanto, na contemporaneidade, as produções artesanais também se transformaram em ferramentas de interesse mercadológico. É o que esclarecem Marquesam e Figueiredo (2014, p. 82) quando pontuam que

[...] a atividade artesanal é utilizada para servir a interesses políticos, econômicos, culturais e estratégicos de grupos ou instituições orientados por objetivos que, eventualmente, se opõem à própria filosofia de trabalho daqueles que vivem da produção artesanal.

As atividades artesanais representam meios para a redução dos riscos, da precarização do trabalho, do estigma social e da vulnerabilidade econômica, que são recorrentes na realidade de muitas trabalhadoras. Estas vivenciam cotidianamente as restrições aos seus direitos de cidadania, favorecendo o desenvolvimento de diversas iniciativas no mercado informal, como forma de minimizar o desemprego. De acordo com Figueiredo e Cavedon (2012, p. 80):

[...] o artesanato apresenta-se como objeto útil para situarmos o lugar da mulher na esfera pública que corresponde ao mundo do trabalho. Isso porque a atividade encontra-se hoje em uma encruzilhada conceitual, ora associada a um tipo de produção material exposta ao reconhecimento público e passível de comercialização, ora relacionada a um saber vivencial, recolhido ao domínio privado do indivíduo.

Trata-se de um segmento social economicamente vulnerável, que desempenha cotidianamente diversos papéis sociais e que precisa conciliar as atividades laborais com as atividades domésticas, estando diretamente vinculados aos modelos familiares tradicionais. Conforme Abramo (2007, p. 07):

[...] os estereótipos de gênero, ou as representações sociais sobre os homens e mulheres no trabalho são elementos constitutivos dessa ordem de gênero, assim como do processo de reprodução das desigualdades que continuam sendo

observadas e vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras. Esses estereótipos, que em geral desvalorizam a mulher como trabalhadora, continuam tendo forte permanência, a despeito das significativas mudanças que vêm ocorrendo em uma série de indicadores importantes do mercado de trabalho.

Assim, dentre diversas práticas artesanais está a culinária, que representa um importante espaço de trabalho feminino e que promove a inserção social e econômica, bem como a autonomia financeira e o protagonismo das trabalhadoras.

No Nordeste, a culinária, enquanto prática artesanal, aparece como uma possibilidade de sobrevivência para diversas mulheres pobres nas capitais e municípios interioranos. Muitas delas vivenciam processos de feminização da pobreza, conceito criado em 1978 pela socióloga norte-americana Diane Pearce presente no artigo intitulado “*The feminization of poverty: women, work and welfare*” publicado na Revista *Urban and Social Change Review*. Em seu estudo, a autora analisou o processo de empobrecimento feminino ao longo do tempo resultante de diversos fatores que atingem as famílias pobres chefiadas por mulheres (Novellino, 2004). Um deles constitui a presença das trabalhadoras no mercado laboral, que se dá em cenários precários e desiguais, constituindo-se como uma força de trabalho secundária.

Patrimônio Cultural e Extensão Universitária

É comum observarmos processos de discriminação e submissão das populações locais diante do processo macroeconômico de desenvolvimento turístico, que envolve políticas públicas, instituições e empresários. Neste cenário, muitas comunidades locais buscam formas criativas para serem inseridas na microeconomia do turismo, por meio de atividades informais geradoras de renda.

No contexto pesquisado observou-se que é possível, por meio de iniciativas individuais e/ou coletivas, desenvolver uma atividade que faça parte da cadeia produtiva do turismo, que seja geradora de renda e ainda possibilite o desenvolvimento socioeconômico. Silva (2006, p.27) explica que “há uma tendência do turismo contemporâneo em valorizar os aspectos ligados à cultura. A autenticidade, a identidade, o patrimônio, a história e as particularidades dos lugares que têm sido requisitados pelo turista”.

Por isso, a transformação de bens culturais materiais e imateriais em produtos para comercialização pode ser visto como um fator de inovação econômica e social capaz de trazer diversos benefícios para os envolvidos. Essa transformação pode ser entendida como uma economia da cultura, uma vez que “trata da expressão simbólica

da cultura de uma sociedade: são os chamados produtos culturais, materializados na forma de bens, serviços e manifestações culturais” (Diniz, 2008, p. 02).

Dentre os benefícios dessa forma de economia podemos citar a geração de emprego e renda, bem como a troca simbólica com o comprador interessado na cultura do outro. Neste âmbito, tem-se a valorização da cultura, havendo ainda a possibilidade do desenvolvimento da comunidade responsável pela produção. Para Reis (2009, p. 28),

[...] ao contrário, a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão de fluxos e trocas; das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação [...].

A culinária do açúcar produzida em São Cristóvão/SE demonstra como a cultura atua como fator facilitador de inovação não só econômica, mas também social, por transformar a realidade das suas produtoras. Ao analisarmos a tradição doceira sancristovense, observamos a continuidade do protagonismo feminino na manutenção deste legado sociocultural.

Em alguns casos, a culinária constitui um meio de inserção de mulheres pobres e pouco alfabetizadas na cadeia produtiva do turismo. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência diante da precarização da oferta de trabalho, que é vivenciada em diversas localidades brasileiras. Isso porque, o turismo tanto pode corroborar com o modelo globalizado e de consumo, fortalecendo e reforçando às desigualdades sociais, como também pode atuar como ferramenta de redução da pobreza em localidades, por meio de iniciativas sustentáveis e inclusivas.

Ao dialogar com o patrimônio cultural, as práticas extensionistas podem contribuir para a democratização, valorização e difusão dos bens culturais, por meio de iniciativas que possibilitem a troca de conhecimentos entre os saberes tradicionais e científicos, aproximando os estudos acadêmicos das realidades locais. Tais prerrogativas estão presentes na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases, que prevê em seu Artigo 43 as finalidades do ensino superior, dentre os quais tem como objetivos:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração (Brasil, 1996).

A extensão universitária é capaz de aproximar as reais necessidades da sociedade, possibilitando a transformação do conhecimento acadêmico e científico em práticas concretas pautadas nas demandas sociais, econômicas e culturais. “A extensão como via de interação entre universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática (Nunes; Silva, 2011, p.126).

Nas ações extensionistas que envolvem o patrimônio cultural, as universidades tanto podem receber os mestres e seus saberes quanto podem visitá-los no intuito de conhecer o contexto em que tais conhecimentos são elaborados. Permite ainda construir novos conhecimentos e abordagens do fazer universitário, por meio das demandas sociais, culturais e econômicas provenientes da sociedade. Tal diálogo possibilita ações de educação patrimonial, na medida em que aproxima os bens culturais do público universitário (como docentes, discentes e técnicos). Segue, neste sentido, um dos compromissos da universidade que é produzir saberes voltados para a transformação da sociedade (Belloni, 1992).

“Desde a sua constituição, a universidade vem estabelecendo relações múltiplas e recíprocas com a sociedade, diferenciadas pelas demandas e novas exigências de cada contexto e época” (Oliveira; Melo, 2013, p. 02). Por isso, com um público essencialmente diverso, o campus universitário pode proporcionar o contato com o conhecimento tradicional por meio de produtos artesanais, que evidenciem a diversidade cultural local.

[...] o conceito de diversidade cultural, que valoriza as expressões culturais de cada lugar, também vem se impondo nas políticas públicas. Isso ocorre porque, ainda que as manifestações culturais não tenham objetivos econômicos nas suas origens nem na manutenção dessas tradições no tempo, elas causam impacto econômico local, além de se tornarem, cada vez mais, elementos fundamentais para a atratividade de turistas, gerando impactos econômicos em um setor já tradicional da economia, que é o mercado do Turismo (Canedo; Dantas, 2016, p. 232).

Podemos identificar o papel do turismo neste contexto, uma vez que a atividade tem na cultura uma importante fonte de atratividade dos destinos. Realidade que torna os cursos técnicos e universitários de Turismo importantes fontes de práticas inovadoras no campo da economia da cultura. Tais iniciativas seguem a premissa de fomentar e promover o artesanato, a culinária, as festas e manifestações culturais das localidades, por meio de projetos e práticas que evidenciem a cultura e sua diversidade local.

É nesta vertente que se situava o projeto de pesquisa intitulado “A Culinária do Açúcar em São Cristóvão: um estudo sob a perspectiva antropológica, patrimonial e turística” realizado por meio do Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo – ANTUR/UFS/CNPQ, do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Sergipe. O projeto teve por finalidade documentar a produção doceira do município de São Cristóvão (onde está situada a universidade), considerando as dimensões materiais, sociais e simbólicas desta tradição, buscando também propor alternativas de valorização cultural, turística e econômica. Uma vez que,

[...] além de se destacar pelos monumentos, festas tradicionais e manifestações folclóricas, São Cristóvão, uma das principais cidades históricas de Sergipe, apresenta-se como importante reduto de produção doceira no estado. Tal repertório pode ser encontrado nos lares, ruas, feiras e comércio da cidade, representando uma significativa fonte de renda para a população local (Leal; Costa; Santos, 2012, p. 1058).

Por isso, desde o início do projeto foram realizadas diversas atividades acadêmicas capazes de aproximar o público universitário dos produtores locais, viabilizando a troca de conhecimento e a comercialização de produtos tradicionais. Para seguir tais premissas, as experiências desenvolvidas perpassaram o diálogo teórico e empírico entre patrimônio e extensão universitária.

Dentro do projeto foi realizada uma roda de conversa para discutir a relação entre cultura, empreendedorismo e desenvolvimento local, tendo como convidada a liderança da Cooperativa de Doces Santa Salu – COOPERUNIDOCE, Dona Santa Aninha, que apresentou sua história de vida e a trajetória do grupo de cooperadas, bem como a experiência de empreendedora. A ação foi realizada em parceria com a disciplina Empreendedorismo e Turismo.

Durante o evento, a referida liderança contextualizou todo o processo de formação da cooperativa, forma de gerenciamento, trabalho, produção e comercialização dos doces elaborados no empreendimento. A roda de conversa foi permeada por muito bom humor, sabedoria e experiência. A convidada compartilhou sua trajetória empreendedora com a plateia, que assistiu atenta e interessada em sua história de vida. O evento proporcionou o intercâmbio do curso de Turismo com a comunidade local; o contato dos alunos do curso com a realidade vivida pela liderança da cooperativa e uma ação interdisciplinar realizada entre o Grupo de Pesquisa em Antropologia e Turismo e a disciplina Empreendedorismo e Turismo.

Outra iniciativa desenvolvida foi a “Feira de Doces de São Cristóvão”, que ocorreu em diversos momentos nas instalações do campus São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe, que foi realizada sobretudo durante eventos científicos e estudantis desenvolvidos na universidade. A iniciativa surgiu como uma oportunidade de divulgar o repertório doceiro da referida cidade histórica, que, mesmo estando no município em que se situa a sede da universidade, ainda é pouco conhecida pelos universitários, docentes e técnicos da instituição. Para a realização de cada edição da feira, a equipe do projeto entrava em contato com os produtores das iguarias, convidando-os para comercializar seus produtos em áreas de intenso fluxo na universidade. Cada feira ocorria de acordo com a programação de cada evento acadêmico e científico, sendo instalada em espaços estratégicos de intenso fluxo dos participantes dos respectivos eventos.

A iniciativa trouxe uma dinâmica diferenciada às instalações da universidade, uma vez que em cada edição havia a presença dos produtores com as iguarias, bem como um cuidado estético na preparação do espaço como forma de promover, divulgar e atrair o público. Além disso, o contato dos produtores com os consumidores proporcionava uma experiência cultural diferenciada, na medida em que as curiosidades sobre os processos de feitura eram sanadas durante o processo de compra dos produtos, não havendo o papel dos atravessadores.

A terceira iniciativa realizada dentro do projeto ocorreu durante algumas edições da disciplina Turismo e Patrimônio Cultural, momento em que ocorriam as visitas à cozinha de Dona Marieta, a doceira mais famosa da cidade histórica de São Cristóvão, para conhecer um pouco do processo de feitura das queijadas, bem como sua história de vida. O objetivo da ação era promover a relação teoria-prática que envolve o diálogo entre patrimônio cultural e turismo.

As visitas constituam-se momentos em que os estudantes tinham a oportunidade de ouvir os relatos da trajetória de vida da referida doceira, que representa um

patrimônio vivo para o referido município. Na ocasião, os discentes tinham a possibilidade de observar *in loco* os elementos materiais e imateriais presentes na cozinha de Dona Marieta, que integram o processo de produção da queijada e dos demais doces produzidos.

Enquanto produzia suas famosas queijadas, Dona Marieta compartilhava suas memórias de infância, juventude e fase adulta. A iniciativa contribuiu para a compreensão e contato com parte dos saberes e fazeres culinários da cultura do açúcar da cidade de São Cristóvão. A ação também promovia indiretamente a venda de iguarias comercializadas no espaço, na medida em que os discentes, ao finalizar a aula, adquiriam com certa frequência os produtos artesanais, estimulando a economia da cultura local.

Considerações finais

A presença do patrimônio cultural das comunidades locais no âmbito universitário é de fundamental importância na formação intelectual, acadêmica e humanística do corpo discente. Tal presença pode ser fortalecida por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão envolvendo diversas áreas de conhecimento, dentre elas o Turismo. Isso porque a universidade constitui um espaço de diálogo com os patrimônios culturais, podendo transformar-se em importante parceira no estímulo ao acesso, democratização e à fruição cultural, bem como à economia da cultura, por meio de projetos, ações e práticas diversificadas. Por isso, partimos do pressuposto que o ensino, a pesquisa e, sobretudo, a extensão universitária possibilitam uma interação dialógica entre o saber científico e os diversos saberes existentes, promovendo uma participação ativa das universidades, dos docentes e discentes na busca transformação da sociedade, da redução da exclusão social e na valorização social, comunicacional e simbólica da diversidade cultural.

Pensar a sala de aula fora dos muros da universidade é possibilitar vivências profundas com a cultura e os múltiplos patrimônios existentes. É promover o diálogo entre a academia e as culturas populares, bem como estabelecer o contato dos discentes com os mestres fazedores de cultura. No âmbito da culinária possibilita estabelecer a relação entre o patrimônio alimentar e seus respectivos territórios, considerando o papel do turismo neste âmbito.

Por isso, partimos do pressuposto que a extensão universitária ao dialogar com os projetos de pesquisa pode contribuir para uma formação humana, criativa e cidadã dos graduandos, promovendo uma formação holística. O tripé ensino, pesquisa e extensão pode, por meio de práticas acadêmicas, potencializar a valorização simbólica, criativa e

econômica dos saberes tradicionais, contribuindo para uma economia da cultura na relação entre universidade e sociedade. Isso porque, a cidadania constitui um dos conteúdos necessários na formação em Turismo, na medida em que expande a percepção da profissão e seu diálogo com a sociedade envolvente. Por isso, as ações extensionistas tem significativa importância nesse sentido, uma vez que proporcionam o uso prático do conhecimento técnico-científico apreendido, possibilitando uma formação cidadã, humanística e profissional. Tais práticas promovem também a percepção ampliada das possibilidades de envolvimento do Turismólogo não só no mercado, mas também em outros contextos da sociedade envolvendo práticas tradicionais e grupos diversos.

Dessa forma, consideramos que os cursos de graduação possuem significativa potencialidade de promover a inclusão social, a diversidade cultural e a cidadania, por meio de ações extensionistas que proporcionem a visibilidade, o contato e o diálogo com a cultura e seus respectivos produtores. Uma vez que, as atividades pautadas no simbólico, na criatividade e no conhecimento produzem bens e serviços consumidos turisticamente, que possuem considerável potencial de geração de renda e empregabilidade. Neste âmbito, os cursos de Turismo podem contribuir para o fortalecimento da economia da cultura, uma vez que podem estimular o consumo material e simbólico dos patrimônios locais, bem como a fruição cultural, por meio de atividades de animação sociocultural dentro e fora do campus universitário.

Referências

- ABRAMO, L. W. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho**: uma força de trabalho secundária. 2007. 327p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php>. Acesso em: 8 set. 2023.
- BELLONI, I. Função da universidade: notas para reflexão. In: BRANDÃO, Z. et al. **Universidade e educação**. Campinas: Papirus, 1992. p. 71-78.
- BOLAÑO, C.; SANTOS, V. Uma economia política da cultura e da criatividade. In: LEITÃO, C.; MACHADO, A. F. **Por um Brasil Criativo**: significados, desafios e perspectivas da economia criativa brasileira. Belo Horizonte: Código Editora, 2016. p. 09-23.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996.
- CANEDO, D.; DANTAS, M. Da economia da cultura à economia criativa: considerações sobre a dualidade entre cultura e economia. In: GUMES, N. V. C. **Olhares interdisciplinares**: fundamentos em cultura, linguagens e tecnologias aplicadas. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2016. p. 215-236.

CARVALHO, A. P.; NÓBREGA, Z. S. Um caminho possível: cultura como fator de desenvolvimento no alinhamento do turismo à economia da cultura. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C.; CORIOLANO, L. N. C. (orgs.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 125-150.

CUNHA, T. B.; VIEIRA, S. B. Entre o Bordado e a Renda: Condições de Trabalho e Saúde das Labirinteadoras de Juarez Távora/Paraíba. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 28, n. 02, p. 258-275, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bWJLthJGpvJCnMRCWvnr6hm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2016.

DINIZ, S. C. Análise do Setor Cultural nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: XXXVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2008, Salvador. **Anais**, [...]. Salvador: ANPEC, 2008. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/anp/en2008/200807211651060.html>. Acesso em: 02 jan. 2018.

FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. Com Açúcar, com Afeto? A Profissionalização do Fazer Amador de Doces Artesanais de Pelotas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 1, n. 3, p. 79-99, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10054/7183>. Acesso em: 28 fev. 2022.

LEAL, R. E. S.; BARRIO, A. B. E. A Culinária do Açúcar como Fonte de empreendedorismo Feminino e Desenvolvimento Local em Sergipe. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE CULTURAS, 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: UFBA, 2016.

LEAL, R. E. S.; COSTA, S. S. P.; SANTOS, M. C. In: SEABRA, G. (org.). **Comunidades, natureza e cultura no turismo**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB: 2012. p. 1058-1069.

MARQUESAN, F. F. S.; FIGUEIREDO, M. D. De Artesão a Empreendedor: a ressignificação do trabalho artesanal como estratégia para a reprodução de relações desiguais de poder. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 76-97, dez. 2014.

MEDINA, J. C. C. "Re-construcción de la cultura y del espacio turístico". In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C.; CORIOLANO, L. N. C. (orgs.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 21-47.

NOVELLINO, M. S. F. Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambú. **Anais** [...]. Caxambú: ABEP, 2004. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/%20anais/article/viewFile/1304/1268>. Acesso em: 20 abr. 2016.

NUNES, A. L. P. F.; SILVA, M. B. C. A Extensão Universitária no Ensino Superior e a Sociedade. **Revista Mal-Estar e Sociedade**, Barbacena, ano IV, n. 07, p. 119-133, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, J. M.; ARAUJO, B. C.; SILVA, L. V. **Panorama da Economia Criativa no Brasil**. Brasília: Ipea, 1990.

OLIVEIRA, N. F. C.; MELO, S. D. G. Extensão Universitária e Educação Básica. In: 36ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED. **Anais** [...]. Goiânia, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos/166-trabalhos-gt08-formacao-de-professores>. Acesso em: 18 abr. 2022.

REIS, A. C. F. Economia da Cultura e Desenvolvimento: estratégias nacionais e panorama global. In: REIS, A. C. F.; MARCO, K. (orgs.). **Economia da cultura: ideias e vivências**. Rio de Janeiro: Publit, 2009. p. 25-36.

Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL

Patrimônio Cultural, Turismo e Extensão Universitária: um relato de experiência sobre a Culinária do Açúcar de São Cristóvão/SE

DOI: 10.23899/9786589284642.3

SILVA, L. T. **Cultura, Turismo e Identidade Local**: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo. 2006. 160p. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Educação patrimonial e (re)existência: rasgos para um fazer decolonial no Tempo Presente

Bruna Edssiane Amaral Santos*

Estefane Almeida Batista**

Iasmim Oliveira Santos***

Jorge Luiz Zaluski****

Neste texto, propomos um exercício reflexivo conduzido pela educação patrimonial, sendo ele um “processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações” (Grunberg, 2007, p. 05), a partir de novos olhares às histórias que preconizam a posição de distintos sujeitos nos espaços sociais, no tempo, nas narrativas, e no entrelaçar deles no patrimônio e a construção identitária. Para isso, partimos da experiência obtida junto da disciplina de História e Patrimônio Cultural, desenvolvida no primeiro período do curso de história da Universidade Federal de Sergipe – UFS, no segundo semestre letivo de 2023¹, na cidade de São Cristóvão. Nela, buscamos exercitar o entendimento sobre patrimônio cultural no estado de Sergipe, seja daqueles que possuem o reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, dos reivindicados por comunidades locais, ou até mesmo, da percepção sobre as diferentes narrativas sobre a construção identitária e dos distintos discursos proferidos por espaços de memória, tais como museus e monumentos.

* Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Contato: bruna_edssiane@academico.ufs.br

** Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Contato: stefanealmeida32@gmail.com

*** Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Contato: iasmimsoliveira707@gmail.com

**** Doutor em História pelo Programa de Pós-graduação em História – PPGH-UDESC (2021), professor Adjunto do departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED da Universidade Federal de Sergipe – UFS. Contato: jzaluski@academico.ufs.br

¹ O semestre letivo da instituição ainda se encontra em ajustes, dado as mudanças provocadas pela pandemia de covid-19. O referido semestre letivo foi de novembro de 2023 a abril de 2024.

Nesse movimento, estudantes de diferentes localidades do estado² passaram a observar de forma atenta como distintos discursos são proferidos para o fortalecimento de uma construção identitária envolta de aspectos culturais que perpassam ou constroem o entendimento sobre patrimônio. Um exercício provocado pela memória que irá reconstruir o passado e servir para as experiências no presente e futuro. Assim, como forma de compartilharem seus olhares, selecionaram um bem patrimonial: monumento; artefato; saberes populares; práticas culinárias; dança; ou outros bens materiais ou imateriais que formam a(s) cultura(s) sergipana. Materializado o olhar por meio do registro fotográfico daquilo que selecionaram, dispomos da discussão em sala e da construção de uma exposição fotográfica denominada “Olhares sobre a Cultura e Patrimônio Sergipano”, realizada nas dependências do Colégio Aplicação da UFS.

Como nos indica Luís Reznik (2010, p. 91), “[...] a memória é um patrimônio e tem valor fundamental para a nossa existência, assim como os bens materiais que dão suporte para o nosso cotidiano”. Dessa maneira, esse exercício de compreensão sobre os bens patrimoniais em/de Sergipe auxilia na percepção das múltiplas narrativas que cruzam a formação identitária dos grupos, dos confrontos, disputas de memória e do reconhecimento ou não dos grupos com as narrativas, muitas vezes oficiais, e que age na coletividade. Pois, como indica Reznik (2010, p. 91),

[...] a memória coletiva é patrimônio da coletividade. Pode ser formada por bens materiais, como prédios históricos, praças, conjuntos arquitetônicos, paisagens naturais, pinturas e fotografias, entre outros objetos reconhecidos como referenciais para aquele grupo e, por isso, são destinados ao usufruto da comunidade.

Apesar da ampliação do entendimento sobre patrimônio, principalmente a partir do Programa de Reconstrução das Cidades Históricas, desenvolvido pelo governo federal a partir de 1973, como destacam Pedro Paulo Funari e Sandra de Cássia Pelegrini, “[...] centrou-se na recuperação dos bens de “pedra e cal” e no incremento do turismo e do comércio em áreas consideradas de tradição histórica e cultural, sobretudo no Nordeste” (Funari; Pelegrini, 2006, p. 48). Mesmo que com uma posição um tanto limitada, o avançar das discussões auxiliou para a ampliação do entendimento sobre patrimônio, assim como de ações valorativas sobre o mesmo. Como indica José Reginaldo Santos Gonçalves, essa concepção contribuiu para a compreensão do

² Sergipe possui 75 municípios. Muitos/as estudantes não residem na cidade da instituição, fator que contribuiu para o deslocamento da análise para distintas cidades, em especial das regiões interioranas. A análise partiu da experiência de 18 cidades, com um total de 38 trabalhos.

patrimônio imaterial, que recai menos nos aspectos materiais e visa maior valorização de outras formas de vida, saberes e fazeres, opondo-se a ideia de “pedra e cal”, “visa a aspectos da vida social e cultural dificilmente abrangidos pelas concepções mais tradicionais” (Gonçalves, 2003, p. 24). Entretanto, não significa que antigas estruturas interpretativas e simbólicas tenham sido rompidas, tendo ainda aquelas interpretações e entendimentos constituídas a partir da concepção estereotipada sobre a população nordestina, como também, serviu para projetar por meio do patrimônio cultural a geração de renda na região, sem problematizar os problemas econômicos e as desigualdades sociais constituídas historicamente a partir de políticas que não objetivavam beneficiar o nordeste.

Por compreendermos a pluralidade de discursos e práticas direcionadas para a formação cultural sergipana e os impactos para a construção e entendimento de seus patrimônios, partimos dos estudos decoloniais para refletirmos como a colonialidade ainda permeia o fazer-se patrimonial, com a intenção de pensarmos coletivamente para a abertura de brechas decoloniais, como nos sugere Catherine Walsh (2009), tanto para repensar a prática pedagógica no ensino superior, como para a promoção da (re)construção de novos sentidos fora do âmbito acadêmico. Um movimento de construção do conhecimento em conjunto que, como indica Walsh (2009), não irá abandonar ou hierarquizar saberes, mas promover uma reinvenção, uma reconstrução daquilo que foi feito, “isto é, no re-existir e re-viver como processo de re-criação (Walsh, 2009, p. 38).

Assim, a partir dos estudos de Walsh (2009), Rita Segato (2021) e Nelson Maldonado-Torres (2020), compreendemos por colonialidade como um efeito contínuo da colonização. Como indica Maldonado-Torres (2009, p. 36), “[...] colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais”. Sendo que, “a decolonialidade refere-se à luta contra a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos” (Maldonado-Torres, 2020, p. 36). Rasgos dessa colonialidade devem integrar a organização curricular, formação docente e práticas pedagógicas em todos os níveis, estabelecendo uma educação por demanda, como nos sugere Segato (2023).

Na proposta de movimentar os saberes e provocar o deslocamento das narrativas oficiais, destacamos neste texto duas das 38 propostas desenvolvidas em sala. Na primeira, analisaremos o “Monumento Índia Bela”, localizado na cidade de Indiaroba. No segundo, observaremos os avanços e desafios ainda existentes na prática museal a partir de reflexões sobre o Centro de Memória Digital de Simão Dias Professora Enequina Chagas, localizado na cidade de Simão Dias.

O monumento de Indiaroba: descontextualização da história

O “Monumento Índia Bela”, como é chamado, foi construído entre os anos de 2005 e 2006, em Indiaroba, região sul do estado de Sergipe, entre as cidades de Umbaúba e Santa Luzia do Itanhý, fronteira com o estado da Bahia. A cidade tem forte ligação com os Tupinambás que viviam no território sergipano, antes da colonização³. Seu nome deriva de um rio que percorre a região, mas que tem outros significados na língua tupi-guarani, composta por duas palavras: “Indaiá”, correspondente a nomenclatura para uma espécie de palmeira e, “rubá”, nome atribuído ao fruto dessa palmeira. Antes da colonização, esse fruto integrava parte da cultura dos povos originários, principalmente para uso culinário. Sendo o consumo apenas para atender as necessidades e a fartura das palmeiras, muitos frutos não eram colhidos, caíam da árvore e azedava. Fator esse que desencadeou outro saber, a extração do óleo amargo para o uso de tratamento de doenças (Santos, 2019).

O genocídio provocado contra os povos originários contribuiu para a sua dispersão, quando não, o extermínio populacional de grupos inteiros. Tal como ocorreu em Sergipe. Nesse processo, as histórias dos povos originários também foram apagadas, principalmente como disputas das narrativas oficiais.

Parte disso pode ser observado junto da análise do monumento construído em Indiaroba. A cidade foi fundada em 1846, fica a 100km de Aracaju, capital do estado. Atualmente residem aproximadamente 17 mil habitantes na cidade, possui grande influência católica, principalmente na devoção do Divino Espírito Santo. A inauguração do “Monumento Índia Bela”, em 2006, nos levanta provocações, assim como para parte dos/as moradores da cidade, sobre o uso de uma mulher indígena para a composição do monumento, e questionamentos da ausência de memórias sobre o passado e dos povos originários que habitavam ali.

³ Dados os efeitos da colonização e o genocídio indígena, atualmente Sergipe conta apenas com poucos indígenas do grupo Xokó.



Figura 1 – Monumento em Indiaroba

Fonte: Acervo pessoal das autoras (Batista; Santos, 2024).

Como pode ser observado na Imagem 01 Monumento em Indiaroba, trata de uma estátua feita em material metálico, tendo como base uma estrutura de pedras. Localizada na praça central da cidade, o monumento representa uma mulher indígena. Nota-se que a sexualização do corpo da mulher e a visão estereotipada sobre os povos originários demarcam a centralidade da estátua. Junto disso, um cesto com frutos é segurado pela indígena, ponto esse que nos leva a questionarmos sobre qual a intenção da construção da estátua. Ela busca construir uma identidade valorativa junto da ancestralidade indígena? Por meio dessa estátua, é possível desenvolver um sentimento de pertencimento e de valorização cultural dos povos originários?

Como destaca Marcos dos Santos Moreira (2007), a ausência da preservação de documentos históricos de Indiaroba dificulta o entendimento e conhecimento da história da cidade, tornando-se um desafio para o andamento de pesquisas que buscam investigar sobre. Contudo, a ausência de uma valorização ativa dos povos originários demarca de forma explícita a tentativa de apagamento e valorização da história, seja no passado como nos desafios ainda existentes no presente. Mas qual o sentido da construção do “Monumento Índia Bela”?

Para Françoise Choay, o monumento serve como uma forma de manter a memória vida das pessoas, dos acontecimentos, crenças, ritos, dentre outros. Segundo o autor,

O monumento caracteriza-se, assim, pela sua função identificatória. Pela materialidade, ele intensifica a função simbólica da linguagem, corrigindo a sua volatilidade, e apresenta-se como um dispositivo fundamental no processo de institucionalização das sociedades humanas (Choay, 2011, p. 12).

Dessa maneira, de forma intencional, o monumento serve como um vigilante, que constantemente observa quem passa. Desperta o olhar sobre um passado que busca se estender no tempo e dar sentido aos motivos dele estar ali. Contudo, ao se referirmos sobre o monumento construído na cidade de Indiaroba, destacamos que a difícil tarefa em encontrar fontes históricas, assim como a preservação de narrativas indígenas, fez com que muitas lendas tomassem conta da história da cidade, em todas a presença dos povos originários aparece de forma pejorativa.

Junto dessas narrativas, a criação do monumento em destaque não possui nenhuma relação com a criação da cidade ou do seu nome. Sua construção partiu do desejo do ex-prefeito da cidade, Raimundo Mendonça, que compartilhava uma das lendas do qual tinha certo apreço. Com base na história compartilhada pela autoridade local, havia uma mulher indígena muito bonita que passeava pela região, segurava um cesto de frutas (inclusive a rubá, que dá origem ao nome do rio e da cidade), ervas e raízes. Em uma versão estendida, integra ainda que a mesma indígena enganava e roubava os colonos da região.

Sendo assim, o “Monumento Índia Bela” foi construído para a realização particular de uma pessoa e não da comunidade. De tal maneira, a imagem constituída na praça do centro da cidade irá reforçar o imaginário negativo sobre os povos originários, afastando a história de confronto de quando suas terras foram tomadas pela invasão portuguesa e colocando indígenas como vilões. De tal maneira, o monumento em destaque atua como um vigilante, mas, dado as narrativas pejorativas, essa vigilância demarca uma posição de confronto, como se a indígena representada pela imagem estivesse em um lugar que não é seu, observando moradores a fim de se beneficiar com algum descuido. Contudo, mesmo que a construção do monumento tenha sido pensada a partir da posição de depreciação e contribua para uma narrativa oficial que privilegia a imagem do colono, sua existência exige a atenção da população, em saber sobre o passado e buscar elaborar outros sentidos àquilo que foi feito dos povos originários.

Povos originários: tentativas de valorização agarradas ao extermínio

Torna-se difícil falar de valorização e pertencimento dos povos originários. Desde a chegada dos europeus, são hostilizados, marginalizados e sofrem com etnocídio, genocídio, epistemicídio. Como lembra Eliane Brum, “[...] o Brasil é um país fundado sobre corpos humanos, primeiro o dos indígenas e depois o dos negros africanos escravizados” (Brum, 2021, p. 65). Assim, tiveram sua cultura, narrativa, história e vocabulário apagados para dar lugar ao do colonizador. Mesmo com lentas conquistas, essa narrativa se vê presente em diversos meios.

Para Ailton Krenak (2019), os povos originários passaram a conquistar alguns direitos apenas a partir da Continuação de 1988. Podemos estender essa observação para alguns avanços, como na educação escolar indígena, que até então vinha se desenvolvendo pela lógica do colonizador (Meireles, 2020). Junto disso, a Lei 11.645/2008, que altera Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e inclui a obrigatoriedade do ensino e das temáticas da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, se apresentam como encaminhamentos que, por meio de práticas escolares vão se encaminhando para novas discussões e percepções sobre os povos originários.

A exemplo disso, o Centro de Memória Digital de Simão Dias Professora Enedina Chagas, localizado na cidade de Simão Dias, em Sergipe vem desenvolvendo tentativas dessa valorização e reconhecimento da história dos povos originários. Simão Dias está localizado a 100km da capital Aracaju. Possui aproximadamente 43 mil habitantes, faz divisa com o estado da Bahia. O Centro de Memória destacado foi inaugurado em 2022, em um espaço considerado histórico, por tratar de um edifício escolar construído no século XIX, do qual leva o nome da professora Enedina.

O Centro de Memória integra parte das atividades da Secretaria da Cultura do Município, sejam pela valorização e reconhecimento patrimonial, como para práticas educacionais voltadas a musealização, principalmente para visitação. O espaço conta com uma estrutura nova, assim como busca utilizar de tecnologias digitais para aprimorar as atividades da museologia. Distribuído por eixos temáticos, a visita é iniciada por um percurso que leva o/a visitante a ter uma leitura cronológica dos fatos. Primeiro, da arquitetura histórica do prédio e dos processos de restauração desenvolvidos para a organização do Centro de Memória. Na sequência, a história do Vaqueiro Simão Dias, do qual leva o nome da cidade que, segundo a história, chegou com seu rebanho de gado e expulsou os indígenas da região fazendo com que gradativamente a região fosse se tomando as configurações de uma cidade. Na sequência da exposição, uma “herança indígena” é acionada, por meio de uma seção temática que apresenta alguns artefatos construídos pelos povos originários da região. Dentre eles, o objeto de maior destaque é a “Machadinha Tipinambá”, como pode ser vista na imagem a seguir:



Figura 2 – Artefato indígena

Fonte: Acervo pessoa da autora (Santos, 2024).

Também conhecida por clava, é um artefato da cultura dos povos originários Tupinambá, que foram exterminados na região, dado o processo de colonização. Em sua estrutura nota-se que é composto por madeira, pedra, corda e pinturas em seu cabo. Esse instrumento era usado em guerras e rituais antropofágicos. Contudo, o que chama atenção na exposição é que a “Machadinha Tupinambá” trata de uma réplica, não tendo sido utilizada, nem mesmo produzida pelos povos originários.

De tal maneira, a utilização de uma réplica do artefato nos serve como mais uma das formas de reafirmarmos as violências cometidas contra os povos originários. O extermínio foi tamanho que nem mesmo seus objetos foram preservados, chegando ao ponto de que, tendo o Centro de Memória tentar forjar uma memória de valorização de um passado, precisou de réplicas para representar objetos que foram ao longo dos anos destruídos, garantindo o apagamento da história, cultura, tradições, dentre outras práticas, costumes e grupos indígenas, como garantia de narrativas positivas e legitimadoras pelo viés do colonizador.

A ausência da valorização ativa dos povos originários confronta ainda com outras narrativas do estado, além da já mencionada na cidade de Indiaroba. O Estado de Sergipe leva o nome como homenagem ao líder indígena Serigy. Contudo, desde a colonização, grandes expedições tomaram conta da região para expulsar a população indígena, principalmente com a chamada guerra justa, sendo na região desenvolvida as

expedições de Cristóvão de Barros. Cidades ganharam o nome em homenagens aos colonizadores, como a cidade de São Cristóvão, dentre tantas ruas, avenidas, parques, instituições na referida cidade, assim como por todo o estado, que demarcam a colonialidade ainda fortemente arraigada na tentativa de apagamento da história indígena. Tal como nas recentes discussões desencadeadas com a formação de um novo brasão oficial do estado, em que o líder indígena Serigy segura um balão. Como uma ideia de futuro a caminho, mas sem a presença da população indígena. Marcando a imposição narrativa, tal como elucida Le Goof (1990) ao enfatizar de que a história é selecionada e contada a partir de quem tem o poder para contá-la. Assim, tenta-se mais uma vez silenciar as narrativas, história e participação ativa dos povos originários.

Como destaca Bruno Brulon, “uma sala de museu é palco para a encenação de identidades forjadas por relações de poder sedimentadas pelo tempo desde a colonização” (Brulon, 2020, p. 03). Contudo, as observações do autor levam a crítica e ao pensamento para reivindicar outras histórias e imaginar outras materializações possíveis para que sejam configuradas em outras valorizações e sentidos.

Considerações

Nas observações levantadas neste texto buscamos questionar os resquícios da colonialidade, esse que perpassa por todo o território da América Latina, desde o seu processo de conquista e colonização. Com destaca Segato, sua fundação como continente e categoria, reconfigura o mundo e dá origem, com esse impacto, ao único vocabulário com que hoje contamos para narrar essa história” (Segato, 2021, p. 55). Com lentos avanços, iniciativas patrimoniais vêm sendo impulsionadas como forma de garantir outros sentidos e histórias (Salles; Feitosa; Lacerda, 2019; Santos, 2023). Contudo, práticas decoloniais devem partir para uma desordem absoluta (Verge, 2023) de forma a reivindicar os espaços, histórias e reconhecimento dos povos que tiveram suas trajetórias marcadas pela colonização. Sendo o passado impossível de ser reestruturado, atos e narrativas no/do presente e as expectativas de futuro deveriam estabelecer as conexões históricas, compartilhadas para um futuro comum e de construção identitária compartilhada entre os grupos. Um processo que auxilia na condução de uma restituição histórica como nos aponta Segato. Para a autora, “restituição da capacidade do povo de tecer seu próprio caminho histórico, retomando o traçado das figuras interrompidas, tecendo-as até o presente e projetando-se no futuro” (Segato, 2021, p. 93).

Expomos acima um exercício reflexivo para identificar a pluralidade de histórias em Sergipe e de como elas tencionam, ou não, para a construção da cultura e identidade, a fim de observar como elas atingem a concepção de patrimônio, sendo essa

uma forma de reconhecimento e valorização cultural. Nisso, os dois exemplos observados demonstram reflexos da colonialidade para com os povos originários, bem como o afastamento deles na construção identitária. Primeiro, a negação ao pertencimento, entre a visão estereotipada e sexualizada da mulher indígena, reforça-se ainda o imaginário negativo da população indígena. Tendo a lenda reforçada por meio do “Monumento Índia Bela”, carrega a vigilância de “um indígena que não deveria estar ali, mas observa”, logo, “é preciso ficar atento/a”, tendo em vista que a lenda narra alguém que engana e rouba o colono. No segundo, mesmo com um exercício para expandir a valorização da população indígena, temos as marcas da colonialidade presentes na estrutura museológica, na ausência de artefatos e narrativa que estabeleça o reconhecimento com a ancestralidade com os povos originários, quem dirá a participação deles na organização do Centro de Memória.

Por fim, desenvolvemos uma reflexão provocativa sobre as narrativas oficiais como forma de buscarmos outras possibilidades urgentes que questionem a posição ainda forte do colonizador, mas acima de tudo, sobre a expectativa de construirmos “ideias para adiar o fim do mundo” (Krenak, 2019).

Referencias

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1747, de 2019**. Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

BRUM, E. **Banzeiro òkôtô**: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

CHOAY, F. Introdução. In: CHOAY, F. **O patrimônio em questão**: Antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço/Argvmentvm, 2011. p. 11-43.

DANTAS, B. G. Índios em Sergipe. In: DINIZ, D. M. de F. L. (org.). **Texto para a história de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013. p. 25-39.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. de C. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GOFF, L. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 25-33.

GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 22.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2020. p. 27-54.

MOREIRA, M. dos S. **Aspectos históricos, sociais e pedagógicos nas filarmônicas do Divino e Nossa Senhora da Conceição, do Estado de Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2007.

REZNIK, L. História Local e Práticas de Memória. In: REZNIK, L. **Produção de Materiais Didáticos para a Diversidade: Práticas de Memória e Patrimônio numa perspectiva interdisciplinar**. Minas Gerais: Labepoh/UFMG; Secad/MEC; CAED/UFMG, 2010.

RIBEIRO MEIRELES, J. M. O contexto da educação escolar indígena brasileira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 396–417, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11205>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SALLES, S. G. de; FEITOSA, S. F.; LACERDA, R. F. Patrimônio cultural indígena: desafios para uma educação patrimonial decolonial. **Roteiro**, [S. l.], v. 44, n. 2, p. 1–18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17415>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SANTOS, C. A. N. **A toponímia em Sergipe: descrição e análise**. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2019.

SANTOS, L. M. **Os Museus comunitários, a Vida e o Tempo (1990-2022)**. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2023.

SEGATO, R. Aníbal Quijano e a perspectiva da colonialidade do poder. In: SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 43-84.

SEGATO, R. Gênero e colonialidade: do patriarcado comunitário de baixa intensidade ao patriarcado colonial-moderno de alta intensidade. In: SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. p. 85-120.

VERGÈS, F. **Decolonizar o museu: Programa de desordem absoluta**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica Pedagogia Decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. (org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

Entre museus e gênero: desafios e perspectivas na (re)construção da memória¹

Jessica Tavares de Souza*

Daiane Teresa Bedin**

Introdução

As transformações resultantes da transição para o novo século e milênio suscitam reflexões acerca das emergentes identidades sociais e culturais. Estas identidades são progressivamente moldadas por uma diversidade de fontes, incluindo os espaços de memória e a influência da mídia, das redes sociais, da tecnologia e das interações em rede, que penetram a cena cultural desafiando tabus, crenças e velhos costumes, por meio de uma nova dinâmica de ideias, avanços tecnológicos e interconexões globais.

No âmbito desse contexto, a abordagem de Flávia Biroli (2014) enriquece a compreensão das interações intrincadas entre as orientações e estruturas dos movimentos, assim como suas manifestações discursivas, no âmbito dos contextos culturais, institucionais e políticos que permeiam os territórios onde estão enraizados ou participam ativamente.

Essa perspectiva oferece uma base analítica sólida para examinar o papel da memória das mulheres, possibilitando uma investigação aprofundada das maneiras pelas quais suas identidades são construídas e reinterpretadas. Pensando nisso, o presente artigo pretende discutir a história oral como ferramenta para a preservação da memória das mulheres e apresentar alguns desafios acerca da museologia de gênero.

Essa discussão se insere em estudos recentes sobre Memória, Museus e Gênero. Nesse contexto, merecem destaque investigações como as conduzidas por Michelle

¹ O artigo é fruto da pesquisa de mestrado finalizada em 2022 no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do prof. Dr. Marcelo Ribeiro, intitulada “Gênero, memória e patrimônio: o museu das mulheres de Santa Maria”.

* Doutoranda em Comunicação (POSCOM/UFSM). Mestre em Patrimônio Cultural (PPGPC/UFSM) e especialista em Estudos de Gênero (PGEEG/UFSM). Tem interesse na área de pesquisa em museologia social, história oral, gênero, memória e audiovisual. Atualmente desenvolve o projeto MUSA – Museu das Mulheres de Santa Maria. Contato: souza.jessica@acad.ufsm.br

** Mestranda em Comunicação (POSCOM/UFSM) e especialista em Estudos de Gênero (PGEEG/UFSM). Tem interesse na área de cinema, memória e gênero. Documentarista e produtora cultural. Contato: daiane.bedin@acad.ufsm.br

Perrot (1989), cujo foco na história das mulheres e sua representação contribui de maneira significativa para a compreensão das dinâmicas de gênero em contextos culturais diversos. Da mesma forma, diversos outros estudos aqui contidos possibilitam uma análise das interfaces entre gênero e memória, delineando como as narrativas femininas são incorporadas e articuladas nos espaços museológicos.

Compreender as atividades no campo museológico como instrumentos educativos e de impacto social em momentos de reconfiguração das relações humanas torna-se fundamental. O desafio reside em contribuir para que questões sociais relevantes sejam documentadas e ganhem visibilidade, tendo em mente que a identidade cultural desempenha um papel crucial na construção da identidade coletiva e na participação social, inclusive das mulheres. Essa abordagem reconhece a importância dos museus como espaços que não apenas preservam a memória, mas também desempenham um papel ativo na promoção da conscientização, educação e engajamento social, destacando-se como agentes potenciais de mudança e transformação social.

A justificativa para esta pesquisa reside na premente necessidade de compreender o patrimônio como um campo interdisciplinar, suscetível de ser investigado à luz da perspectiva de gênero. Esta abordagem visa enriquecer a compreensão da construção histórica e sociocultural do discurso sobre as mulheres, explorando como essas representações surgem, persistem e são reinterpretadas ao longo do tempo.

O objetivo desta pesquisa é investigar e analisar o papel da história oral como ferramenta fundamental para a preservação da memória das mulheres. Além disso, busca-se compreender a relevância da perspectiva de gênero na gestão do patrimônio, explorando de que maneira as narrativas femininas são incorporadas nos espaços museológicos.

Para melhor compreensão dessas questões, as metodologias utilizadas foram a revisão bibliográfica e levantamento de dados. As discussões buscam examinar os possíveis desafios enfrentados pela museologia de gênero, proporcionando uma visão abrangente sobre como os museus podem contribuir de maneira mais eficaz para a representação e reconhecimento da história e contribuições das mulheres na construção cultural e social.

Desvendando o passado, fortalecendo o futuro: a história oral como ferramenta para preservação da memória das mulheres

A história oral pode ser uma abordagem valiosa para preservar e transmitir a memória coletiva de uma sociedade. Ela envolve a coleta e o registro de relatos pessoais e testemunhos de indivíduos. Essa metodologia (Alberti, 2018; Meihy; Holanda, 2010)

tem sido amplamente utilizada por historiadores e pesquisadores para complementar e enriquecer os dados disponíveis em fontes escritas, proporcionando uma visão mais abrangente e humanizada dos acontecimentos passados.

Essa metodologia emerge como uma abordagem inestimável na preservação e transmissão da memória coletiva (Errante, 2000). A aceleração do tempo e a preocupação com a perda de sentido do passado e com o aumento da capacidade de esquecer têm levado as sociedades contemporâneas a demonstrar grande interesse em recuperar a memória e também a história” (Ferreira, 2002, p. 314). Isso estende-se além das limitações das fontes escritas, permitindo-nos acessar perspectivas únicas e experiências humanas que muitas vezes são negligenciadas nos registros oficiais.

As lutas pelos direitos civis impulsionaram a história oral ao ouvir às minorias excluídas, recuperando suas trajetórias e resgatando o que a “história oficial havia silenciado por muito tempo” (Ferreira, 2002, p. 322). Além de contribuir para a construção de um conhecimento mais detalhado e complexo sobre o passado, a história oral oferece uma oportunidade única para ouvir grupos marginalizados e minorizados historicamente (Patai, 2010), cujas perspectivas muitas vezes foram negligenciadas ou sub-representadas em registros tradicionais. Isso ajuda a desafiar narrativas dominantes e a promover uma história mais inclusiva e equitativa.

Assim, a história oral se apresenta como um importante recurso metodológico, que “busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais” (Delgado, 2017, p. 15). Através da valorização das experiências pessoais e testemunhos diretos, essa abordagem enriquece a compreensão da história, apesar de não ser um “[...] compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida” (Delgado, 2017, p. 15), permitindo uma visão mais abrangente das complexidades sociais e culturais.

Embora grande parte da documentação acessível através de pesquisas seja de natureza bibliográfica, ou seja, baseada em registros escritos, é importante considerar que há diversas outras possibilidades para obter informações sobre eventos históricos. De acordo com Thompson (1992, p. 41) a possibilidade de utilizar a história para finalidades sociais e pessoais construtivas desse tipo vem da natureza intrínseca da abordagem oral. Ela trata de vidas individuais - e todas as vidas são interessantes.

No entanto, ainda subsistem aspectos desta cultura imaterial que permanecem sem registro, talvez para sempre, justamente porque não são elementos que recebem destaque ou são oficialmente registrados como parte da memória ou cultura “oficial”

de uma sociedade. De acordo com Pollak (1989, p. 4) ao “privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional”.

Nesse contexto, a história oral assume um papel essencial, pois atua como “forma legítima de consciência individual e coletiva, faz possível transformar a história, deixando ela de ser uma forma de dominação androcêntrica ou de sujeição a discursos históricos de poder” (Tedeschi, 2014, p. 63). E garante que esses elementos marginalizados encontrem um espaço para serem lembrados e valorizados, mesmo que não façam parte do destaque oficial.

Na década de 1980, as discussões acerca das memórias de mulheres e da utilização de fontes orais para “recuperar” a “história das mulheres” ganharam destaque (Kofes; Piscitelli, 2011, p. 6), e posteriormente foram impulsionadas pelos estudos de gênero. Desde então, a história oral tem sido uma forma importante de pesquisa acadêmica a fim de preservar e disseminar a memória das mulheres.

Ao discutir a possível “especificidade” da memória das mulheres (Tedeschi, 2015), Michelle Perrot afirma que ancorá-la na natureza e no biológico é infundado, pois não há uma diferença inerente baseada no gênero. No entanto, ela defende que existe uma especificidade na medida em que as práticas socioculturais presentes nas operações que constituem a memória estão entrelaçadas com as relações reais entre homens e mulheres e são influenciadas pela história (Perrot, 1989). Assim, a memória, como forma de relação com o tempo e o espaço, acaba sendo profundamente influenciada pelo contexto de gênero (Kofes; Piscitelli, 2011).

Para fomentar a discussão sobre o impacto da história oral na vida das mulheres utilizaremos o livro “Women's Words: The Feminist Practice of Oral History”, organizado por Sherna Gluck e Daphne Patai, lançado em 1991. Esta obra traz diversos estudos de pesquisadoras feministas sobre a história oral, explorando suas possibilidades de impacto na vida, identidade e memória das mulheres. O ensaio do livro busca promover a compreensão dos avanços alcançados no âmbito das questões de gênero, história oral e feminismo.

É muito enriquecedor encontrar um material que consiga tratar da importância de ouvir cuidadosamente as narrativas das mulheres, de reconhecer a influência do pesquisador na interpretação das entrevistas e de adotar uma abordagem de história oral que valorize a comunicação das mulheres (Patai, 2001). A história oral tem sido amplamente difundida como uma ótima alternativa de pesquisa feministas (Patai 2001),

pois exalta e preserva o papel que as mulheres desempenham na história e fornece uma perspectiva que perpassa as relações sociais e políticas.

É evidente que a metodologia histórica tradicional negligenciou as perspectivas das mulheres, desvalorizou suas histórias, perpetuou desigualdades de gênero e contribuiu para a marginalização das vozes das mulheres na narrativa histórica dominante. Devido a isso, o apelo da história oral para as feministas é facilmente compreensível. Ao empregar a metodologia de história oral, as mulheres têm a oportunidade de contar suas próprias histórias e reexaminar o conhecimento previamente estabelecido por uma estrutura patriarcal. Esse tipo de abordagem está alinhado com o princípio de pesquisa feminista, mais tarde expresso na frase "pesquisa por, sobre e para mulheres" (Gluck; Patai, 1991, p. 2, tradução nossa).

Entrevistar mulheres não é uma atividade isenta de desafios, "gravar as palavras de uma mulher, fazer perguntas apropriadas, rir no momento certo, mostrar empatia - isso não é suficiente" (Gluck; Patai, 1991, p. 9, tradução nossa). É essencial compreender que a entrevista é um evento linguístico, social e psicológico. É preciso reconhecer a importância de levar em conta as características e estilos específicos do grupo estudado (Gluck; Patai, 1991).

Ao não reconhecer as nuances e especificidades de diferentes grupos, o método de história oral corre o risco de perpetuar estereótipos e desigualdades de gênero. É essencial questionar essa suposição arraigada e buscar abordagens mais inclusivas, do contrário, "não seremos capazes de ouvir e interpretar o que as mulheres valorizam se não soubermos como observar, ouvir e falar com mulheres como mulheres. Primeiro, precisamos saber conscientemente como as mulheres se comunicam em particular e entre si" (Gluck; Patai, 1991, p. 33, tradução nossa).

O ponto central que Gluck e Patai (1991) apresentam é de que para uma exploração completa do potencial da entrevista de história oral, é imperativo efetuar uma transformação na metodologia adotada. O foco deve se deslocar da simples coleta de informações, centrada em perguntas específicas, para um enfoque mais interativo, onde o processo de interação é o cerne, permitindo uma perspectiva dinâmica do sujeito.

Ao longo do tempo, as questões de gênero têm sido desafiadas e desconsideradas; muitas vezes relegadas para o segundo plano quando se trata de narração da história. Isso se deve principalmente à "divisão sexual da memória", que tem sido tendência histórica, na qual "os homens são considerados aptos para narrar os eventos gerais da esfera pública, enquanto as mulheres assumem o papel de guardiãs e informantes da vida cotidiana" (Flores, 2008, p. 118). Essa dinâmica reflete estereótipos de gênero

enraizados na sociedade, atribuindo diferentes valores e importâncias às experiências de homens e mulheres, tal abordagem pode levar à marginalização das narrativas de mulheres.

Michelle Perrot (1989, p. 15) afirma que “[...] o desenvolvimento recente da história dita ‘oral’ é de certo modo uma revanche das mulheres”. Ao focar em vozes particularmente não ouvidas e não registradas na narrativa histórica, a história oral tem se tornado uma ferramenta para colocar em foco aspectos das lutas de gênero que podem ter passado despercebidos no passado. A história oral contribuiu para o desenvolvimento teórico dos estudos de gênero, ajudando a destacar e compreender os muitos e diferentes modos pelos quais os papéis de gênero têm sido desafiados, reproduzidos e renegociados ao longo do tempo.

Para fortalecer a memória e a identidade das mulheres, é necessário reforçar os tradicionais meios de transmissão oral. Além disso, o (re)conhecimento de suas memórias auxilia no desenvolvimento da consciência crítica feminista, e é também um importante meio de promover a solidariedade entre mulheres, quebrando - de certa forma -, a estrutura patriarcal. As mulheres passarão então a contar suas próprias histórias, bem como as de outras mulheres, de forma a reivindicar o seu lugar na sociedade. Identificando-se sua história de vida, aquelas que ainda vivem e aquelas que deixaram este mundo, mulheres de todas as raças, classes sociais e origens contam com a história oral para construir um legado e passá-lo adiante.

Narrativas e silêncios: desafios da museologia de gênero

A museologia de gênero (Vaquinhas, 2014), conceito relativamente novo, emergiu em meados dos anos 90 como um campo de estudo e de prática dos museus, abordando a complexa interseção entre o discurso cultural sobre mulheres e os espaços de memória (ou a falta deles) que moldam suas histórias e experiências. Evidenciar o papel de destaque desempenhado pelas mulheres nos âmbitos museológico e patrimonial e tornou, além de um ato de coragem, um compromisso com a justiça e equidade social, se tornando um movimento que abarca uma dimensão interventiva e política para combater os discursos que reforçam estereótipos (Vaquinhas, 2014) e a opressão de gênero.

A construção do discurso sobre as mulheres nos museus está intrinsecamente ligada ao contexto histórico, social e político em que essas instituições estão inseridas (Carvalho; Funari, 2022). A estrutura patriarcal (Lerner, 2019) tem construído e moldado profundamente os discursos culturais e históricos, marginalizando e silenciando as vozes de mulheres.

O avanço da museologia de gênero tem sido influenciado por estudos que vão desde a análise dos discursos até as abordagens da memória coletiva (Halbwachs, 1990) e da memória cultural (Assmann, 2016). A compreensão dessas perspectivas teóricas é essencial para compreender como os museus lidam com as narrativas das mulheres, desafiando as estruturas de poder (Pollak, 1989; Chagas, 2002; Hall, 2000) existentes e trabalhando em direção a um discurso justo para as mulheres.

Esta seção pretende explorar os desafios encontrados pelos museus em adotar a museologia de gênero, conceituar e aflorar reflexões sobre a nova museologia e trazer exemplos de museus de gênero. Ao explorar esses conceitos, pretende-se iluminar a relevância de se adotar novas abordagens para criar espaços inclusivos, que desafiam e desconstróem discursos construídos pelo sistema patriarcal.

A nova museologia emergiu como um movimento inovador a partir da década de 1970. Essa nova perspectiva chega propondo uma abordagem flexível e participativa, se estabelecendo como “um movimento cuja ação surge do desejo de mudança de uma coletividade em sua organização social e em suas instituições” (Rivard, 1984, p. 17). Sua abordagem busca dismantelar os paradigmas tradicionais que colocavam os museus apenas como instituições estáticas, centradas na exposição e conservação de objetos históricos e artísticos. A nova museologia baseia-se então redefinir a essência dos museus, transformando-os em agentes ativos e na ampliação suas práticas.

O desenvolvimento da perspectiva da nova museologia foi impulsionado por uma série de fatores interconectados. A crescente crítica à natureza elitista e eurocêntrica dos museus tradicionais desempenhou um papel crucial nessa evolução. Entende-se que a memória coletiva (Halbwachs, 1990) foi construída com base no poder do Estado e suas instituições que ao longo do tempo selecionaram o que seria lembrado e esquecido (Pollak, 1989; Chagas, 2002), já que “[...] o filtro da memória que seleciona o que é musealizado geralmente é manipulado a favor da manutenção de relações de poderes secularmente instituídas na sociedade” (Sombrio; Queiroz, 2018, p. 10).

Sendo assim, imbuído do poder persuasivo do nacionalismo retórico e atuando como o agente “que semeia e promove lembranças e esquecimentos” (Chagas, 2002, p. 36), o patrimônio cultural (e os museus) desempenharam o papel de estabelecer o conjunto de valores culturais aceitos, bem como a narrativa oficial do passado, um processo que envolve escolhas deliberadas de exclusão e silenciamento (Pollak, 1989; Chagas, 2002). Nesse contexto, certos elementos são intencionalmente relegados ao esquecimento ou suprimidos a fim de perpetuar a perspectiva seletiva e ideologicamente orientada da história e da cultura da nação (Hall, 2000).

A necessidade de reconhecimento e inclusão das múltiplas vozes culturais e históricas até então marginalizadas se alinhou com os princípios fundamentais da nova museologia. Os movimentos sociais também forneceram combustível para a transformação museológica. A redefinição dos museus como locais de produção cultural e científica deu origem a sua função contemporânea como catalisadores do diálogo interdisciplinar e intercultural.

Ao fomentar debates e reflexões, essas instituições ampliaram sua influência na esfera pública e se tornaram pontos de convergência para a discussão de temas sociais, políticos e científicos. Os museus enquanto espaços públicos, sustentam discursos que reforçam estruturas específicas de poder (Thomson, 2002) todavia, tais discursos podem ser igualmente desconstruídos, contestados e diversificados.

Considerarmos a partir do estudo de Irene Vaquinhas (2014) a lista de museus relacionados às mulheres e questões de gênero disponíveis na rede internacional *Womeninmuseum: The Network of Women's Museums*, estabelecida em 2008 durante o 1.º Congresso de Museus da Mulher realizado em Merano (Itália).

Quadro 1 – Museus da mulher ou de gênero no mundo (por ordem decrescente)

Localização	Nº	%
Europa	25	30.9%
América do Norte	26	32.1%
Ásia	14	17.3%
África	6	7.4%
América Latina	5	6.2%
Austrália	5	6.2%
Total	81	100%

Fonte: International Association of Women's Museums, 2021.

Verifica-se que, ao nível mundial, os museus relacionados às mulheres e questões de gênero ainda representam um escasso número (81). Em comparação com o ano de 2014 (Vaquinhas, 2014, p. 3), onde havia 71 museus, houve o crescimento de cerca de 14%. No entanto, o fato de que esses museus ainda representam uma porção

relativamente pequena do cenário museológico global sugere a necessidade contínua de investimento, apoio e promoção desses espaços.

Nesse contexto, um dos principais desafios enfrentados pela museologia de gênero é a representação autêntica das múltiplas experiências das mulheres, evitando a simplificação excessiva. Nos museus históricos, por exemplo, é muito comum observar homens ocupando posições de destaque relacionadas à política. Mesmo na esfera arqueológica, os discursos tendem a refletir estereótipos de gênero, contribuindo para a perpetuação de desigualdades e sexismo (Mariuzzo, 2016). Somente reconhecendo e problematizando essas questões de gênero é possível romper com dispositivos de distinção de classes, gênero e raça que servem a propósitos de controle social e consolidação de hegemonias (Sombrio & Queiroz, 2018, p. 10).

A relação entre gênero, poder, memória e museologia é multifacetada e complexa. Enquanto o gênero pode ser considerado uma ferramenta de empoderamento e de reivindicação histórica, também pode ser manipulado para servir a interesses patriarcais, políticos e conservadores. Como podemos superar essa divisão arraigada e garantir que as mulheres sejam não apenas guardiãs e informantes, mas também narradoras ativas e influentes da história? Como os museus podem liderar a reconfiguração das estruturas históricas e oferecer um discurso inclusivo onde diferentes perspectivas de gênero possam coexistir e colaborar na construção de uma narrativa mais completa?

Enquanto a museologia de gênero busca representar autenticamente as múltiplas experiências das mulheres, enfrenta o desafio de evitar a perda de nuances e complexidades. Como podemos superar a armadilha da simplificação, reconhecendo que a diversidade de experiências das mulheres é tão rica e variada? Como podemos construir pontes entre as narrativas individuais e coletivas, garantindo que as histórias das mulheres sejam contadas em toda a sua complexidade?

É importante ressaltar que as indagações levantadas nesta pesquisa não têm a pretensão de serem respondidas de forma definitiva, mas sim de servirem como munição intelectual para reflexão contínua. Da mesma forma, pretende-se fornecer arcabouço teórico e evidências que sustentam a interligação entre esses elementos, é na exploração e discussão contínuas dessas questões que encontram-se respostas para avançar em direção a uma compreensão mais justa da história e, colaborar assim, para sua (re)construção.

Em última análise, o estudo das interações entre gênero, poder, memória e museologia nos convida a explorar o passado, o presente e o futuro por meio de uma lente crítica. A busca por um discurso histórico mais equitativo e preciso requer um

compromisso contínuo de desafiar as normas patriarcais, questionar discursos hegemônicos e valorizar a multiplicidade de perspectivas. Somente através do enfrentamento desses desafios e questionamentos é que podemos esperar construir um outro discurso, capaz de ressoar com as experiências dos grupos minorizados.

Considerações finais

A pesquisa abordou a questão da memória e como ela se relaciona com a preservação do patrimônio cultural das mulheres. A memória das mulheres muitas vezes foi negligenciada ou sub-representada na narrativa histórica tradicional, devido à estrutura patriarcal da sociedade. Muito por isso, este estudo foi desenvolvido no intuito de destacar a importância de resgatar e dar visibilidade a essas memórias.

A memória não é apenas um registro do passado, mas também uma construção social em constante evolução. A memória social, como demonstrado neste estudo, é intrinsecamente ligada à identidade das mulheres e à sua contribuição para a sociedade. Os museus dedicados à memória das mulheres, não apenas preservam o passado, mas também fortalecem suas identidades, desafiando estereótipos de gênero e destacando suas realizações e experiências.

Ao explorar a interseção entre gênero, memória e museologia, torna-se evidente que a museologia de gênero emerge como um campo indispensável para a reconstrução e representação autêntica das experiências das mulheres na sociedade. A contextualização histórica nos leva a compreender que essa abordagem surgiu como resposta aos discursos culturais moldados pela estrutura patriarcal, que historicamente marginalizou e silenciou diversos grupos.

A museologia de gênero apresenta desafios únicos, incluindo a necessidade de desafiar estereótipos de gênero, garantir a representação equitativa das mulheres e abordar questões sensíveis relacionadas ao gênero. No entanto, o estudo reconhece que há mais a ser feito no campo da museologia de gênero. Futuras pesquisas e iniciativas podem explorar ainda mais a representação das mulheres em museus, abordar questões de diversidade e inclusão, e promover a sensibilização sobre questões de gênero.

A análise do cenário atual dos museus relacionados a mulheres e questões de gênero destaca a necessidade contínua de investimento e apoio. Ainda que tenhamos observado um crescimento no número desses museus, especialmente virtuais, a representatividade global ainda é mínima. Isso ressalta a importância de promover a diversidade e investir na criação de espaços museológicos que contemplem a multiplicidade de perspectivas.

Isso ressalta a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva na museologia, reconhecendo a herança de práticas colonialistas e patriarcais e trabalhando para superar desafios persistentes. A relação entre gênero, poder, memória e museologia revela-se multifacetada, por exemplo, enquanto o gênero emerge como uma ferramenta para reivindicação histórica e resistência, também pode ser instrumentalizado para distorcer narrativas em prol de agendas políticas. A divisão sexual da memória destaca a importância de superar hierarquias de gênero na produção e representação histórica.

A necessidade de reconhecimento e inclusão dos grupos historicamente marginalizados alinha-se com os princípios fundamentais da nova museologia. Como conclusão, urge a continuidade do compromisso de desafiar normas patriarcais, questionar discursos hegemônicos e valorizar a multiplicidade de perspectivas na busca por uma narrativa histórica mais equitativa e precisa. Essa jornada, embora desafiadora, é fundamental para construir um discurso que ressoe verdadeiramente com as experiências das mulheres.

Referências

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 115-128, 2016.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, A. V. de; FUNARI, P. P. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 2, p. 36-45, 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/issue/view/567>. Acesso em: 17 out. 2022.

CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos De Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19, n. 19, p. 43-81, 2002.

DELGADO, L. de A. N. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

ERRANTE, A. Mas afinal, a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 141-174, jul./dez. 2000.

FERREIRA, M. de M. História, tempo presente e história oral. **Topoi Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.

FLORES, M. B. R. Entre a casa e a rua: memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 117-142, 2008. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1765>. Acesso em: 07 jun. 2023.

GLUCK, S. B.; PATAI, D. **Women's Words: the feminist practice of oral history**. New York: Routledge, 1991.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF WOMEN'S MUSEUMS. **Homepage**. 2021. Disponível em: <https://iawm.international/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

KOFES, S.; PISCITELLI, A. Memórias de “histórias femininas, memórias e experiências”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 8/9, p. 343-354, 2011.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARIUZZO, P. Os desafios da museologia de gênero. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 4, p. 60-62, dez. 2016.

MEIHY, J. C.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

PATAI, D. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PERROT, M. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15 1989.

RIVARD, R. Nueva museología y transformación social. In: SEMINARIO TERRITORIO-PATRIMONIO-COMUNIDAD, 1984, Oaxtepec, Morelos. **Anais [...]**. Oaxtepec: Morelos, 1984.

SOMBRIO, M.; QUEIROZ, M. Dossiê Estudos de Museologia e Gênero. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 10-14, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/17752>. Acesso em: 14 ago. 2023.

TEDESCHI, L. A. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, K. S. **Treasures on earth: museums, collections and paradoxes**. London: Faber and Faber, 2002.

VAQUINHAS, I. Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história. **MIDAS**, [S. l.], n. 3, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/603>. Acesso em: 09 fev. 2022.

Memórias do movimento social 'seringueiro': Wilson Pinheiro, Chico Mendes e Osmarino Amâncio

Anselmo Gonçalves da Silva*
Osmarino Amâncio Rodrigues**
Lailton dos Santos Costa***

Introdução

Com a morte de meus pais eu fiquei sozinho. Meus irmãos menores foram pra casa dos tios. Fiquei mais à vontade pra entrar de cheio na luta. No seringal havia muitos jovens, quase todos analfabetos. Eles se namoravam, rapazes e moças queriam escrever cartas, se corresponder. Eu me coloquei à disposição para escrever as cartas e também as ler. Passei a ser a pessoa de confiança da juventude. Muitas vezes eu levei cartas de rapazes pra moças, lia pra elas, e trazia resposta delas pra eles. Fiz muitos amigos. Nunca briguei com ninguém. A minha liderança era reconhecida; quando alguém se sentia prejudicado vinha falar comigo. Todo mundo me procurava pra fazer cartas, pra fazer isso e aquilo outro. Aproveitei dessa liderança para fazer uma escola. Juntei alguns vizinhos, construímos uma escola e iniciei um movimento de alfabetização (Costa-Sobrinho, 2006. Trecho de uma entrevista com Chico Mendes, conduzida por Costa-Sobrinho entre novembro e dezembro de 1988).

É comum ouvir definições a respeito de figuras públicas. É provável que você já tenha ouvido alguém atribuir várias qualidades a Chico Mendes, tais como: 'ambientalista', 'líder sindical', 'revolucionário', entre outras. No entanto, talvez você nunca tenha se deparado com algo como o que é mencionado na citação acima. Chico Mendes também foi professor. Sim, ele foi.

Pessoas como Chico Mendes têm muitas histórias do seu cotidiano de 'luta'. São relatos-memórias por vezes marcados pelo sofrimento, falta, dor e medo. Este texto apresenta algumas dessas narrativas, trazidas por *Osmarino Amâncio Rodrigues*, uma

* Doutorando em Estudos Contemporâneos na Universidade de Coimbra. Professor do Instituto Federal do Acre (IFAC), campus Xapuri. Contato: anselmo.silva@ifac.edu.br

** Sindicalista e liderança histórica do movimento seringueiro.

*** Jovem rural filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (STTR Brasília). E-mail: lailtondosantos13@gmail.com

das lideranças históricas do 'movimento seringueiro', que originou as Reservas Extrativistas (Allegretti, 2002) — assim como também foi o caso de Wilson Pinheiro, assassinado em 21 de julho de 1980, e Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988.

Os diálogos a seguir são de uma entrevista realizada em 2024, na casa dos pais de Osmarino, em Epiaciolândia, no Acre. Perguntamos sobre a sua história, a formação dos sindicatos rurais no Acre, e sobre as pessoas de Wilson e Chico. As respostas revelam a trajetória de indivíduos que escolheram 'mudar o mundo' através da doação multidimensional das suas vidas. Eles deixaram um largo legado para a nossa geração¹.

A insurgência dos seringueiros amazônicos

Anselmo: Eu perguntei para o Assis [sindicalista histórico de Xapuri], como ele se alfabetizou politicamente. E ele falou do projeto seringueiro e de Paulo Freire (Allegretti, 2002; De Souza, 2011; Cunha, 2022). O Chico (Mendes) vai dizer que começou a ter contato com a política, primeiro, com a alfabetização em letra dele, por Euclides de Távora (Porto-Gonçalves, 2009; Costa-Sobrinho, 2006). E dali ele se encontrou com o movimento sindical. E daí eu te pergunto: Como você se alfabetizou em letra? E, como você se alfabetizou politicamente?

Osmarino: Teve o primeiro início, né?!... Com o meu pai. A primeira vez que eu vi o movimento.... Meu pai organizou o movimento aqui. Porque daqui a gente ia para a Cobija (Bolívia). Ali pelo bairro José Hassem era o caminho que nós entrávamos para ir para a Cobija. Nós vendíamos tudo ali. Tinha um fazendeiro que tinha terra aqui e terra na Bolívia, era chamado 'Suassu'. Ele fechou o nosso caminho para nós não vendermos as coisas na Cobija. Nessa época eu ia fazer 10, 11 anos de idade. Meu pai organizou os seringueiros daqui tudinho. A cerca do lado do Brasil foi derrubada. E aí, que é que o fazendeiro fez? Derrubou a ponte do lado da Bolívia. A cabeça da ponte. Do lado do Brasil a ponte ficou, mas ele derrubou do lado da Bolívia, para nós não passar. Porque a gente vendia muita coisa do lado da Bolívia e passava por dentro da fazenda dele, que ele comprou depois. Mas era caminho tradicional nós passarmos por ali Antes de existir [a fazenda] ... era mata quando a gente já passava ali... floresta. E ele comprou lá, fez a fazenda e aí proibiu. Depois disso aí eu aprendi muito com o Raimundo Rocha e Chico Mendes (figura 1), meus gurus de educação, de leitura. Com o Chico Mendes a gente ficava de dois, três

¹ Como legado do 'movimento seringueiro', dentre outros, foram criadas 96 Reservas Extrativistas no Brasil, abrangendo uma área de 156.930,32 km² (Brasil, 2024) — superior à área de países como Portugal ou Coreia do Sul, por exemplo. Nessas áreas residem mais de uma centena de milhares de pessoas, além de diversificadas comunidades de vidas não humanas e suas teias relacionais.

dias fazendo essa discussão. Eu não sabia ler, Chico Mendes sabia. Ele fazia as leituras e trazia os jornais... ele pegava jornais de Moscou, ele tinha o radiozinho dele que ele trazia, aí ficava lá em casa, três, quatro dias, dois dias, mais eu, ouvindo a BBC de Londres, ouvindo a Havana, sabe... essas rádios de fora. E depois ele fazia as discussões, juntava uns dois, três e ficava. E o Raimundo Rocha escrevia literatura de cordel. Eu aprendi a ler em literatura de cordel. Né?!... Ele escreveu o hino de Brasília, o hino de Epitaciolândia... Ele era um cara... Então, ele escreveu 'A guerrilha do Araguaia', em literatura de cordel, escreveu 'O sábio e a batina: o acordo da igreja com os militares na ditadura', escreveu 'Vocês os ricos e nós os pobres'... Eu lembro tudo! Assim.... Porque eu aprendi a ler essas leituras. Então é por isso que eu digo, que a educação é o essencial para você garantir qualquer desenvolvimento. Pode ser da tua casa. Se você não tem o mínimo de conhecimento, você não tem como.... Eu aprendi a ler porque eu queria entender tudo o que o Chico e o Raimundo Rocha discutiam. Então.... Eu tinha dificuldade de ler. Porque eu não sabia ler. Então eu tinha que aprender a ler. Para você ter uma ideia, não tinha livro naquela época. Eu li a Bíblia duas vezes, todinha, para aprender a ler. Depois que eu aprendi a ler na literatura... o Raimundo me ensinando, né?! Aquela coisa... E, depois eu estudei um ano na escola. Eu ia daqui de dentro... Para a base de uns 10 km, para fazer... Teve uma prova naquela escola Brasil-Bolívia, chamada 'educação integrada', foi a única vez que eu entrei na escola.

Anselmo: Você tinha quantos anos?

Osmarino: Eu acho que eu tinha uns 15, 16 anos.... Por aí?

Anselmo: E, quando que o Osmarino se encontra com o movimento sindical? As ideias do movimento sindical...

Osmarino: Nas comunidades eclesiais de base. Tinha padre Leonardo Boff, padre Clodovis Boff, padre Paulino.... Esses padres...

Anselmo: Mas o Leonardo Boff chegou a vir aqui?

Osmarino: Chegou a vir. Leonardo Boff entrou aqui na nossa terra. Entrou na minha área. Né?!... Eu andei mais ele nesses seringais. Ele viu eu limpando estrada de seringa. Escreveram um livro, que me colocaram no livro, como eu manejava terçado e pegava a colher para comer arroz. Porque eu comia muito arroz. Isso está no livro deles, 'Deus e o homem no inferno verde' (figura 1). Né?!... E o Leonardo Boff escreveu um chamado Teologia... Teologia não sei de que.... Aí coloca.... Fala sobre a nossa luta aqui nas comunidades eclesiais de base. A partir daí entram os sindicatos [de trabalhadores rurais]. Porque as comunidades

eclesiais de base começaram em 1972. Aí entra o Dom Moacyr... O bispo que o avião caiu era Dom Júlio Mattioli. Aí o avião caiu, o Dom Moacir assumiu a igreja... a prelazia do Acre e Purus. Aí o Dom Moacir apoiou... Nós éramos proibidos de nos reunir. Porque tinha uma lei que dizia que se tivesse duas ou três pessoas reunidas, o pessoal da ditadura militar daquela época podia prender. Então, Raimundo Rocha foi preso. Eu fui preso mais o Chico Mendes, também, por causa dessa lei.

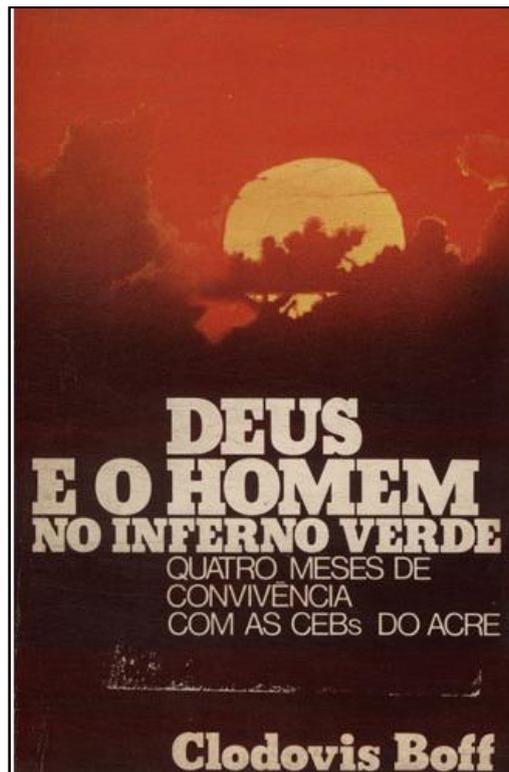


Figura 1 - Capa do livro referido por Osmarino

Fonte: Sebo do Messias, 2024.

Anselmo: Na fundação do Sindicato de Brasília você estava também?

Osmarino: Eu estava presente.

Anselmo: Dizem que o Chico era a única pessoa que sabia escrever...

Osmarino: É... o Chico, naquela época, era realmente.... Tanto que ele foi eleito secretário geral do sindicato [Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília]. Mas tinha outro, que era o presidente, que sabia, que fazia literatura de cordel, que assumiu a presidência, chamado Elias Rosendo. Eram os dois que sabiam. Wilson Pinheiro não sabia... O resto da direção do sindicato não sabia...

Anselmo: Isso foi em que ano?

Osmarino: Isso foi em 1975. No dia 22 de dezembro foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília.

Anselmo: E, você quer falar alguma coisa daquela época da morte do Wilson?

Osmarino: É... O Wilson, eu quero... São duas.... Algumas figuras daquela época que eu tenho o maior carinho. Chico Mendes, pela sua capacidade de organizar. Porque o Chico Mendes ele escrevia, ele organizava... Ele não deixava passar nada, e depois ele voltava com todas aquelas discussões. Porque a gente discutindo ele ia anotando. Né... [...] E, o Raimundo Rocha, mais o Chico Mendes, sempre abria a discussão da luta de classes. E o Wilson Pinheiro, não sabia ler, mas em todas essas discussões ele estava presente e ele interferia. Ele fazia a discussão. Só que o Wilson Pinheiro tinha um discurso que aglutinava, ele levantava... Ele tinha um discurso que, quando ele... O Chico Mendes tinha um discurso mais calmo, ele usava determinadas palavras... de querer ofender nossos inimigos, nossos adversários, que nem deixava o adversário com raiva, de tão suave... E o Wilson Pinheiro não. O Wilson Pinheiro dizia que o cara era ladrão, ele não falava em furto, era ladrão mesmo, que é a palavra mais violenta. Né?!... A palavra 'ladrão'. E a outra coisa é o compromisso que ele tinha. O Wilson Pinheiro ele fazia uma agenda, e ele não falhava, e não queria que ninguém falhasse. Quando era para fazer as assembleias, os caras andavam dois, três dias, dentro do Guanabara, do Icuriã, de tudo que era lugar. Vinha da Tabatinga, Nova Olinda.... Pessoal lá da... a pé. Vinha pelos varadouros. E o Wilson Pinheiro, para mim, foi o cara do discurso, e o cara dos empates. Porque foi ele que usou a palavra 'empate'. [...] Ele foi lá em São Paulo e chegou com a discussão de fundar o PT (figura 2). Ele se encontrou com o Lula lá. Né?!... E chegou e disse: Olha gente, nós estamos com um operário lá em São Paulo, no ABC, que está fundando o partido dos trabalhadores. Nós, todo mundo era filiado na frente.... Nós fazíamos parte do movimento é... do movimento no MDB. Porque o MDB tinha uma ala do PCdoB. Se entrincheirava dentro, por causa da ditadura, né.... Então, todo mundo ia para aquela ala que era a ala que apoiava o nosso movimento. Então o pessoal da UDR, da Arena.... Então, para mim, o Wilson Pinheiro, ele teve.... Para você ter uma ideia, ele foi dirigente do Chico Mendes. E o Chico Mendes só tomava decisão depois que conversava com o Wilson. Ele nunca... sabe.... Quando ele discutiu a fundação dos outros sindicatos.... Eu lembro como se fosse hoje. O Wilson chamou o Chico e disse: Chico, nós vamos ter que espalhar, fundar os sindicatos no Estado. E seria importante você, que tem a facilidade de escrever.... Você se desvencilha do

sindicato aqui, e vai fundar o de Xapuri.... Vai fundar.... Foi aí que o Chico Mendes foi fundar o de Xapuri, foi fundar o de Sena. Aí nós nos espalhamos. [...]



Figura 2 - Wilson Pinheiro, no centro da fileira superior na imagem, durante o 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais da CONTAG, em Brasília, em maio de 1979

Fonte: Fundação Perseu Abramo, 2024.

Anselmo: E, quando assassinaram o Wilson, que sentimento você teve?

Osmarino: Ih.... Nem me fala... (choro)

Anselmo: Era um sentimento de derrota, era um sentimento de revolta? ...

Osmarino: A gente não tinha sentimento de derrota, mas tinha sentimento de uma perda provisória. Nós sabíamos que nós estávamos sendo derrotados periodicamente, mas não sabíamos que o que ele falava para nós... (choro). A gente sabia que isso ia acontecer com ele, e com tantos outros, como aconteceu (choro). Desculpa, mas essas coisas para mim ainda estão muito presentes, apesar do tanto de anos... Então... A gente tinha consciência que isso podia acontecer. A gente estava convicto disso, porque eles não omitiam isso para nós. E eu aprendi assim.... Sabia que isso podia acontecer com qualquer um de nós. [...] E a coisa que eles sempre diziam: Olha gente, você sabe que o choro não é para você ficar sem diretriz, vocês sabem que os nossos inimigos querem que a gente perca o rumo. É claro que a gente vai ter momento emotivo, que vai chorar, vai tudo..., mas, saiba que, a nossa função vai ser ir para a frente. Dar continuidade. Então isso era um negócio que passava para a gente, que a gente podia perder companheiros e

companheiras. Então, eu fico... Eu não gosto de falar dessas pessoas que eu convivi com elas desde o começo. Porque para mim é muito.... É sofrer duas vezes, sabe.... Porque, eu nunca.... Essa é uma cicatriz que nunca vai sarar em mim. Ela vai estar sempre aberta. Então, para mim falar do Wilson Pinheiro, falar do Jesus Matias, falar do Ivair, falar do Chico Mendes.... Para mim são figuras que até hoje na minha mente, não sai. E a dor no peito, ela.... Às vezes eu acordo a noite sentindo aquela falta, né!?!... Porque, como foram as pessoas com quem eu aprendi a ler, que aprendi a discutir com elas, então marcou muito, né!?!... [...]. Então, eu diria que, o Wilson Pinheiro, foi assim o nosso principal... mentor da palavra empate, né!?!... Foi ele que, quando chegou aquelas 14 pessoas lá no sindicato, e disse: 'O pessoal do 'Carmem' e do 'Porvir' mandou nós desocupar os dois seringais'. E o Wilson Pinheiro levantou, assim... e disse: 'Olha, a gente não tem condição de viver se a floresta cair. Nós não derrubamos a floresta, porque nós precisamos da castanha, e tal... foi e explicou para eles. Então é o seguinte: Nós não derrubamos, mas, também, nós não temos que deixar o sulista vir e derrubar. Então, vamos empatar. E essa palavra começou daí. Empate! Que no esporte, ninguém ganha, ninguém perde, né!?!... Mas o empate, para nós, no conflito fundiário, era vitória para a gente. Porque a floresta, a gente precisava dela em pé, da castanha, tal.... Isso aí, o primeiro empate, foi que nem um pingo de querosene. Ele começou em março. E Wilson Pinheiro, pelo sindicato, ele chamava.... Nego trazia garrote, trazia ovelha, trazia.... Foi bancado pelo sindicato, três meses de mobilização. Então, foi março, abril e maio. Aí em maio vieram para o quartel do exército que é o único lugar neutro para discutir aquela área de terra do Carmen e do Porvir. E hoje, eu tive o prazer de encontrar algumas pessoas lá no Pega Fogo, que estava no primeiro empate. O Cícero Galdino... outro dia eu me encontrei com o Emiliano, com a Raimunda, com a Helena, com a Marina... me encontrei... com os dirigentes. Que, devido ao seu momento, na sua época, ele não teve a repercussão que teve o Chico Mendes, porque naquela época, o isolamento e a ditadura ainda era muito forte (figura 3). E, o Chico Mendes tinha mobilizado não só no Acre, mas a nível nacional e a nível internacional. Chico Mendes tinha recebido prêmio internacional, né!?!... Primeiro prêmio Global da ONU. O Chico Mendes recebeu vários prêmios antes de ser assassinato. Então, quando assassinam ele, deu toda essa repercussão. E a outra coisa, que ele escrevia tudo. Chico Mendes deixou... o que foi de documento, de carta, de bilhete, de gravações.... Porque ele era um dirigente de muita qualidade no sentido organizativo. O Wilson Pinheiro era um dirigente assim, mais revolucionário...

Por sua vez, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), esclareceu que até ontem não havia recebido quaisquer informações sobre possíveis investigações para apurar a morte do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Basiléia, Wilson Pinheiro de Sousa.

Figura 3 - Reportagem sobre a omissão do Estado na investigação do assassinato de Wilson Pinheiro, publicada na Folha de São Paulo em 29 de julho de 1980

Fonte: Acervo do Instituto Socioambiental - ISA, 2024.

Lailton: Mais operacional, né?

Osmarino: É! Exatamente. De base. O Chico, ele organizava, não mobilizava.

Lailton: Era estrategista.

Osmarino: É! Ele era estrategista. Ele botava a agente para mobilizar. Eu ia para a base. Nós íamos para a base. E a gente ia com prazer. E o Chico Mendes, ele organizava (figura 4). Quando a gente chegava, tudo que a gente falava ele escrevia. E, depois, ele ia lá nas áreas também. Mas, não... Ele ia fazer visita, ou então nós íamos mobilizar a reunião e ele ia quando a reunião já estivesse mobilizada. Então, ele ia para a reunião, para a assembleia, na área. E veio aqui, veio em muitos cantos aí... Porto Carlos, Montevideo, Guanabara, Humaitá, tudo isso aqui. Então... Que nem o Wilson Pinheiro. O Wilson Pinheiro saía em janeiro e voltava em janeiro, mobilizando para a assembleia. Wilson Pinheiro saía com a roupa do corpo. Ele não levava nada não. Ele saía com a roupa do corpo. E todo mundo dava roupa para ele nos seringais. Onde ele chegava já tinha a roupa, tinha a cama, tinha rede, era comida... Ele saía, e saía convidando, a assembleia era em janeiro, então ele dizia: 'Olha! Daqui um mês, em janeiro, vai ter a assembleia, então vocês vão...'

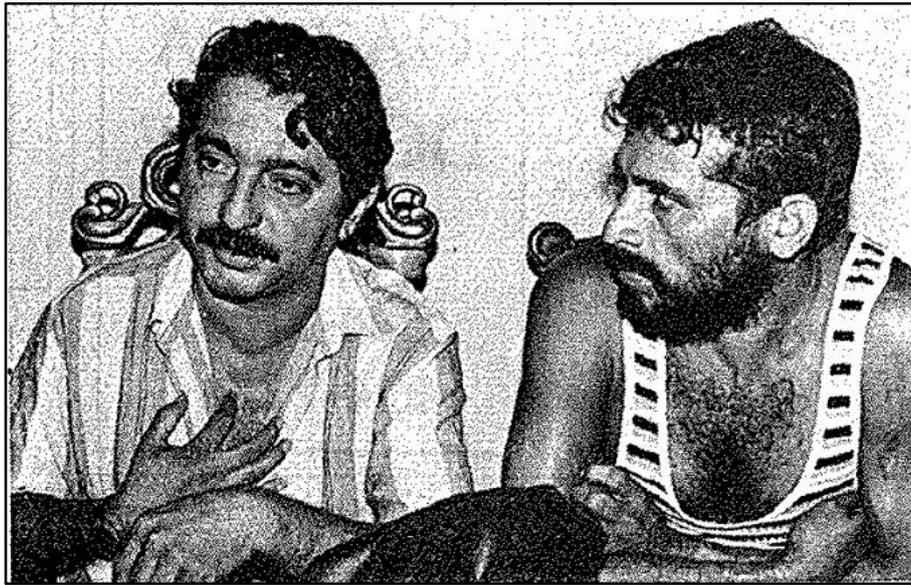


Figura 4 - Chico Mendes e Osmarino Amâncio numa reunião, sem data

Fonte: Acervo do Instituto Socioambiental - ISA, 2024.

Anselmo: E você lembra a assembleia que mais ti marcou?

Osmarino: Vixe.... Uma assembleia que muito me marcou foi a fundação do sindicato. Né!?!... Tinha muita gente no salão da igreja católica, né!?!... Ali, foi uma coisa, assim, que marcou. Porque a gente estava tendo os conflitos, mas não tinha uma entidade para organizar, para direcionar...

Anselmo: Mas a primeira reunião foi na casa de uma senhora, né!?!...

Osmarino: Foi.... Teve uma na casa da Odaléia, teve na casa da Valdizia [Alencar] (Martins, 2023). Né!?!... Todas as duas já morreram.

Anselmo: E depois marcou uma grande?

Osmarino: A primeira foi lá na... na... Santa Quitéria, né!? Na Valdizia. A Valdizia foi uma mulher, assim, excepcional, né!?!...A Valdizia, ela era, como é que se diz, imprescindível. Era uma mulher da época, que...

Anselmo: E porque te marcou a assembleia de fundação? Criou um sentido para você?

Osmarino: Foi, exatamente. Porque aí eu vi que nós não estávamos tendo uma luta isolada. Porque aí eu vi, né!?!... Todas aquelas pessoas, que muitas vezes eu não encontrava. Por exemplo, o Trovoada, lá do.... Vem muita gente de fora, o pessoal lá de Brasília. A primeira vez que eu vi os caras falar sobre o movimento sindical (figura 5), sobre o capitalismo, aí eu lia isso já, na literatura de cordel, mas eu nunca

tinha visto ninguém explicar isso numa assembleia, para muita gente. Aí foi quando eu começo a perceber. E, aí, é que, para mim, foi.... Eu saí daquela assembleia com uma energia.... Porque eu via tanto seringueiro se posicionando sobre os conflitos nas áreas, que estava acontecendo em cada seringal desse aqui. Aí eu comecei a passar a perceber que, não era só nós aqui que estava vivendo o conflito. Então, os caras de lá, também estavam vivendo a mesma coisa. Então, eu digo, é uma doença generalizada, é uma epidemia, a questão fundiária aqui.



Figura 5 - Caravana do movimento sindical do Acre, quando retornavam do 1º Congresso da CUT, realizado em São Bernardo do Campo, em 1983

Fonte: Arquivo Pessoal Pedro Xapuri, via Democracia Socialista, 2019.

Referências

ALEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

BRASIL. **Painel das Unidades de Conservação Brasileiras.** Ministério do Meio Ambiente. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/plataforma-cnuc-1>. Acesso em: 24 abr. 2024.

COSTA SOBRINHO, P. V. Chico Mendes: trajetória de uma liderança. In: PAULA, E. A. de; SILVA, S. S. da (orgs.). **Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana.** Rio Branco: Edufac, 2006.

CUNHA, M. E. C. Paulo Freire nos seringais do Acre: a educação libertadora do Projeto Seringueiro. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 7, e13361, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e13361>.

MARTINS, E. Valdizia Alencar, a mulher do Sindicato. **Xapuri Socioambiental**, 2023. Disponível em: <https://xapuri.info/valdiza-alencar-a-mulher-do-sindicato/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

PORTO-GONCALVES, C. W. Chico Mendes, un ecosocialista. **Cultura y Representaciones Sociales**, v. 3, n. 6, p. 188-94, 2009. DOI: <https://doi.org/10.22201/crim.20078110e.2009.550>.

SOUZA, J. D. de. **Entre lutas, porongas e letras**: a escola vai ao seringal - (re) colocações do Projeto seringueiro (Xapuri/Acre - 1981/1990). Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-8M7MST>. Acesso em: 24 abr. 2024.

Detentoras da memória: uma proposta metodológica de análise das imagens no cordel

José Rodrigues Filho*

Introdução

A literatura de cordel foi considerada em setembro de 2018 patrimônio cultural imaterial brasileiro. O processo foi uma iniciativa da Academia Brasileira de Literatura de Cordel (com sede no Rio de Janeiro) no ano de 2010. O conceito de “referência cultural”, concebido na década de 1970, foi fundamental nesse processo, pois como descrito no Dossiê de Registro da Literatura de Cordel (2018), “a identificação dos bens” é uma “prática social e política que está relacionada com o grau de participação dos grupos e dos interesses sociais envolvidos” (p. 185).

Nesse contexto, o estudo dessa literatura é fundamental para compreender a sociedade brasileira em suas mais diversas facetas. O cordel é, portanto, ponto de partida para se entender as relações políticas, econômica e culturais do país. Se caracterizando pelas linguagens oral, escrita e visual. O uso de imagens permite leituras sobre histórias e memórias que se caracterizam enquanto caminhos possíveis para se decifrar uma sociedade.

No entanto, ao se aventurar pelo campo da visualidade da literatura de cordel, é comum, inicialmente, se deparar com algumas questões: como distinguir uma fotografia de uma xilogravura ou um desenho na capa de um folheto de cordel? O que é clichê, uma impressão em offset? Estas duas técnicas seriam iguais ou distintas? Se distintas, o que as diferencia? Estas perguntas, que podem parecer de fácil resposta, causam dúvidas, sobretudo em jovens pesquisadores que ao se dedicarem a estudar a visualidade do cordel, não possuem um manual ou trabalho que possa nortear esse processo. Foi assim que, vivenciando essa fase cercada por anseios e dúvidas no trato com as fontes visuais da literatura de cordel, que surgiu a proposição deste artigo.

Desse modo, este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta metodológica para os pesquisadores que desejam trabalhar com a literatura de cordel, especificamente, com as imagens utilizadas nas capas. A princípio o estudo realiza uma

* Doutorando e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Licenciado em História pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores (UFCCG/CFP). Contato: rodriguesfilhojc@gmail.com

discussão em torno de trabalhos que se dedicaram a considerar a imagem, e em especial a dos folhetos de cordel, enquanto um importante objeto de estudo. Analisando alguns trabalhos, a sessão busca apresentar, brevemente, como o uso de imagens foi sendo absorvido pelos mais diversos campos da ciência como a História da Arte, a Antropologia, a Sociologia e a História, sem deixar de considerar os estudos folclóricos pioneiros ao considerar a relevância das imagens nos folhetos de cordel. Em seguida o estudo apresenta uma proposta metodológica a pesquisadores que trabalham ou desejam trabalhar com a literatura de cordel, em especial com as imagens deste bem cultural. Vale ressaltar que a proposta que ora se apresenta não busca se instituir como a única possível. As ideias e caminhos aqui projetados, buscam ser uma colaboração a esse importante campo de estudos que possui na visualidade, uma leitura para se compreender uma sociedade marcada não só pela palavra escrita e falada, mas também pelas imagens.

Os estudos de imagens no campo do cordel

Os estudos que consideram as fontes visuais como ponto de partida para a compressão de uma sociedade são em grande parte recentes na pesquisa histórica. Na década de 1980, o pesquisador Liêdo Maranhão se dedicou a estudar a imagética do cordel, considerando as técnicas empregadas por editores do Nordeste que utilizavam fotografias, xilogravuras e desenhos para ilustrar as capas dos folhetos que editavam. Sua pesquisa resultou no livro *O Folheto de Cordel: sua capa e os seus ilustradores*, nele, Maranhão (1981) realiza um percurso histórico, apresentando desde o momento em que poetas/editores como Leandro Gomes de Barros e João Martins Athayde utilizavam na capa apenas algumas informações editoriais, os denominados folhetos “sem capa”; ao uso cartões postais, desenhos de autores como Avelino, Eliezer, Sinésio Alves, e xilogravuras de autores como José Francisco Soares (Dila) e José Costa Leite.

Na academia, a pesquisa em torno das imagens foi, durante muito tempo, um campo restrito a outras ciências, como: a História da Arte, a Antropologia, e a Sociologia. Estas ciências observaram a importância estética, cultural e social desta fonte enquanto produtora de mensagens e diálogos.

Como aponta o pesquisador Ulpiano de Menezes (2003), já no século XIX a História da Arte considerava as imagens como fonte de estudo, seus enfoques principais eram as imagens do período medieval e renascentista, as consideradas imagens “artísticas”. No início do século XX foi a vez da Antropologia e da Sociologia abrirem seu campo de estudos para as fontes visuais. Dessa maneira, as pesquisas em torno da fotografia, do desenho e, posteriormente, do cinema, começaram a ser estudados pela Antropologia. A Sociologia se interessou nos estudos visuais pelas discussões em torno do poder.

Apenas na década de 1970, com o advento da História Cultural, as imagens começaram a ganhar o devido reconhecimento enquanto fonte histórica, antes disso, eram tidas apenas como simples ilustrações para os textos, sendo dessa maneira omitidas da pesquisa histórica¹.

A relevante expansão do conceito de documento proporcionada pela História Cultural por volta da década de 1970 possibilitou o reconhecimento das imagens enquanto fontes fundamentais para os estudos históricos. Neste contexto, o advento da chamada Cultura Visual, que começou a se fortalecer a partir da década de 1990 nos Estados Unidos, buscou enfatizar ainda mais a necessidade de problematizar as imagens enquanto construtoras de ideias, diálogos, e não mais como ilustrações dos escritos.

No Brasil, autores como Ulpiano Bezerra de Menezes, Paulo Knauss e Ana Maria Maud intensificam este campo de estudos atrelando as fontes visuais a sua devida importância enquanto constituidoras de narrativas, sociabilidades, poder e memória. O primeiro preocupa-se em analisar de que maneira as ciências sociais trabalham as imagens, sua atenção é destacar que as “práticas culturais” das imagens estejam “relacionadas ao visual, à visão e ao visível”. O segundo autor destaca a importância em contextualizar as imagens historicamente, ou seja, entender quem produziu e como o fez, como elas são “consumidas e preservadas”, antes disso, elas devem ser entendidas como um produto social e cultural, não devem ser, então, entendidas como prova do real (Maud, 2016).

A historiadora Ana Maria Maud investiga de forma instigante o caso da fotografia. A autora busca a importância de compreender as fotografias em meio ao campo da cultura visual, neste sentido, as formas de produção, circulação e apropriação, são consideradas chaves para o estudo deste campo.

Em síntese, neste trabalho a cultura visual é entendida enquanto instrumento de problematização em torno do denominado “estatuto da arte”. Nesta perspectiva, a imagem é vista por meio de novos olhares e problemas que não se restringem a leitura superficial da imagem. Considera-se, portanto, os estudos em torno da sua produção, circulação, diálogos e elaboração de sentidos. O campo da cultura visual emerge como fruto do diálogo interdisciplinar sobre o estudo com imagens nos Estados Unidos na

¹ O que pode ser entendido por “arqueologia do visual” decorre do artigo: RODRIGUES FILHO, J. A Vez e a voz da iconografia: as possibilidades do uso de imagens no campo da literatura de cordel. Trabalho apresentado no XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB, Guarabira, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3263/2676>. Acesso em: 31 out. 2017.

década de 1990; neste sentido, surge uma renovação nos estudos visuais. A imagem nesta abordagem não é entendida mais como uma ilustração dos textos, mas como objeto constituidor de diálogos culturais, políticos e sociais. Ela abandona o estatuto ilustrativo para ser entendida como objeto de estudo. Em suma, pode ser entendido que a imagem no campo da cultura visual não é compreendida mais como ilustração dos textos, mas como constituidora de diálogos culturais e sociais (ibidem).

Se os estudos em torno da imagem no campo da História são recentes, ainda mais são nas pesquisas das imagens em torno da literatura de cordel. Mas, assim como o campo do estudo das imagens não foi em sua gênese pertencente a História, na literatura de cordel os primeiros trabalhos que se dedicaram aos estudos visuais em torno das imagens são decorrentes da perspectiva Folclórica (Maranhão, 1981), Comunicação e Semiótica (Carvalho, 1998), Teoria Literária (Hata, 1999), e mais recentemente, a História da Arte² e Educação (Roiphe, 2013), apenas para citar alguns trabalhos.

No ano de 2017, a dissertação em História intitulada: *O Teatro das Imagens: a migração das formas e suas representações nas xilogravuras de Juazeiro do Norte (1968-1998)*, da pesquisadora Tereza Cândida Diniz, problematizou a produção da xilogravura na cidade de Juazeiro do Norte/CE, tomando o conjunto de imagens elaboradas por dois importantes xilógrafos: Stênio Diniz e Abraão Batista, entre 1968 e 1998. Este foi um dos recentes trabalhos em torno das imagens na pesquisa historiográfica. Tereza Diniz (2017) cita outro trabalho no campo da historiografia que discutiu a análise da xilogravura do cariri cearense na literatura de cordel: *Oralidade, memória e tradição: narrativas de assombrações na Região do Cariri* (2011), da pesquisadora de Sandra Nancy Bezerra.

Como se pode evidenciar, os trabalhos em torno da análise das imagens no campo da literatura de cordel são relativamente recentes, principalmente no tocante às pesquisas no campo da historiografia. Cabe pontuar que a leitura da imagem não deve ser feita de forma isolada em si, mas sim interligada a outros suportes como a narrativa do cordel, bem como o diálogo com outras fontes, como o jornal, o cinema, revistas e

² O pesquisador Everardo Ramos possui um relevante trabalho em torno das imagens das capas dos folhetos de cordel: Cita-se alguns conhecidos: RAMOS, Everardo. *Ilustrações de Folhetos de Cordel: o Romance dos Esquecidos ou a Peleja do Popular com o Moderno*. Em NEMER, Sylvia (org.). **Recortes contemporâneos sobre o cordel**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008; RAMOS, Everardo. *Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850): imagens esquecidas, imagens desprezadas (republicação)*. Escritos: **Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 285-309, 2009; RAMOS, Everardo. *Do mercado ao museu: a legitimação artística da gravura popular*. Visualidades: **Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual**, Faculdade de Artes Visuais, UFG, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 39-56, 2010.

outros artefatos culturalmente situados em uma temporalidade histórica que dialoga entre si, bem como com a imagem presente nas capas dos cordéis. Para realizar a análise de imagens no campo do cordel, é fundamental, como um dos primeiros passos, identificar as técnicas e suportes nos quais as imagens são elaboradas e inseridas nas capas dos folhetos.

Entre xilogravuras, desenhos e fotografias: uma proposta metodológica

Ao utilizarem imagens nas capas dos cordéis, os editores buscam transmitir ideias, constituir memórias e caminhos. Não possuem absolutamente nada de ingênuas, elas, as imagens, não “falam mais do que mil palavras”, elas falam com as palavras. A leitura de imagens não pode se realizar de forma isolada, sem considerar outros suportes e fontes que se interligam as suas construções e elaborações de sentido. No caso do cordel, é imprescindível investigar a dimensão visual atrelada com a linguagem descrita no decorrer do texto. Além disso, compreender o suporte e a técnica utilizada, é fundamental, pois permite compreender que os suportes atendem as necessidades de produção de cada região (Ramos, 2007) as imagens partem de escolhas de sujeitos sociais (Mauad, 2016).

Os pesquisadores que se dedicam a estudar as imagens no cordel, precisam, a princípio, identificar as técnicas utilizadas pelos editores para ilustrar um folheto: como distinguir uma fotografia de uma xilogravura ou um desenho na capa de um folheto de cordel? O que é clichê, uma impressão em offset? Estas duas técnicas seriam iguais ou distintas? Se distintas, o que as diferencia? Estas perguntas, que podem parecer de fácil resposta, causam dúvidas, sobretudo em jovens pesquisadores que ao se dedicarem a estudar a iconografia do cordel, não possuem um manual ou trabalho que possa nortear esse processo. Quando adentrei pela primeira vez o acervo de Literatura Popular José Alves Sobrinho, várias das dúvidas retromencionadas cercavam o jovem pesquisador. A confusão mental que me tomava no momento, girava em torno de atrelar de igual modo técnicas de impressão a técnicas de ilustração, duas coisas que, a partir da prática, considerei distintas.

Pensava que a leitura de alguns trabalhos acadêmicos poderia apresentar de forma clara a explicação que tanto buscava, contudo, não encontrei a informação desejada. Apesar disso, as leituras em torno de trabalhos sobre a iconografia atrelada a literatura de cordel, assim como trabalhos que estudavam as imagens em outros suportes, me possibilitaram encontrar uma solução para o problema que se fez presente durante cerca de um ano após a primeira vigência do projeto de iniciação científica do qual fazia parte.

Diante destas questões que teimavam em despertar angústia, assim como o contato com as imagens do acervo, algo de igual modo fundamental, desenvolvi uma tabela de proposição que possibilitou, no decorrer da pesquisa, uma melhor compreensão em torno das técnicas de impressão e ilustração das imagens no campo editorial da literatura de cordel.

Tabela 1 – Técnicas de impressão e ilustração da literatura de cordel

Técnicas de impressão	Técnicas de ilustração
Clichê de zinco (zincogravura)	Desenho ou fotografia
Madeira	Imagem em xilogravura
Offset	Desenho (preto e branco ou em policromia) Fotografia Xilogravura

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como o leitor pode observar, a elaboração da tabela seguiu duas questões que considerei importante neste trabalho para a compreensão em torno da imagem na literatura de cordel: técnicas de impressão e técnicas de ilustração. A primeira corresponde à maneira como a imagem presente no cordel foi impressa, procurei entender qual a matriz em que se realizou a confecção da imagem, e para isso, pontuei três técnicas.

Já na segunda coluna da tabela se encontram o que chamei de técnicas de ilustração, entendendo estas como decorrentes daquelas, ou seja, a confecção de uma ilustração para um cordel em uma matriz de clichê de zinco resultará em um desenho ou fotografia. Se uma imagem for confeccionada em uma matriz em madeira, como usualmente é utilizada, ela dará origem unicamente a uma imagem definida como xilogravura. Já a imagem impressa em offset poderá dar origem a três técnicas de ilustração: o desenho em preto e branco ou colorido, a fotografia, e a xilogravura. As imagens a seguir ajudam a compreender o que a tabela 01 define.



Figura 1 – Desenho impresso em clichê de zinco

Acervo: José Alves Sobrinho.

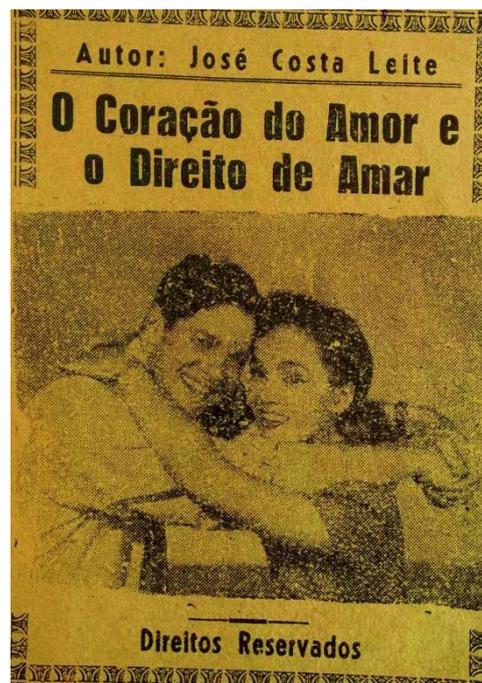


Figura 2 – Fotografia impressa em clichê de zinco

Acervo: José Alves Sobrinho.

Nas figuras 01 e 02 foram impressas duas imagens distintas, um desenho e uma fotografia, respectivamente, que utilizam a mesma técnica de impressão: o clichê de zinco. Nessa técnica, é utilizada uma matriz de zinco, um metal que permite a gravação de uma imagem em sua superfície. Agindo como um carimbo, por meio de uma prensa tipográfica, a imagem é transposta para a capa do folheto de cordel. Trazendo como ilustração um desenho, como os de Avelino, que no começo do século XX ilustrava os folhetos; ou uma fotografia de artistas de cinema, geralmente hollywoodianos, cujas imagens percorriam jornais e cartazes da época. Essa técnica foi muito utilizada na primeira metade do século XX por poetas como Leandro Gomes de Barros e João Martins de Athayde. A técnica continuou a ser usada por outros editores como, é possível averiguar nos exemplos das figuras 01 e 02. No entanto, devido aos custos de produção e encomenda que geralmente eram feitas em capitais como Recife e Fortaleza, os clichês de zinco começaram a ser substituídos, pouco a pouco, por outra técnica de impressão: a madeira, que permitia a construção de uma imagem em moldes artesanais, por meio da técnica da xilogravura.



Figura 3 – Xilogravura impressa em matriz de madeira

Acervo: José Alves Sobrinho.

A etimologia da palavra xilogravura (xilo: madeira; gravura: desenho) deixa claro como a imagem é construída. Essa técnica utiliza um taco de madeira, geralmente a umburana, para constituir uma imagem. É uma das técnicas que mais se vinculou ao cordel, como se uma depende-se da outra. Como já visto, os primeiros cordéis não utilizavam xilogravuras em suas capas, o chiclê era mais usual. A xilogravura começa a ter uma grande difusão em regiões mais afastada dos grandes centros. Na região do Cariri Cearense, por exemplo, ela emerge enquanto uma necessidade, tendo em vista que o editor e proprietário da Tipografia São Francisco, José Bernardo, não conseguia adquirir há tempo, clichês de zinco, que vinham de outras cidades, para ilustrar os folhetos que eram editados em sua tipografia. Recorreu assim a artistas locais como mestre Noza, para construir na madeira de umburana, imagens idênticas ou parecidas as que os leitores conheciam dos folhetos que usavam o desenho ou fotografia impresso por meio da zincogravura. A estratégia deu certo e José Bernardo tornou a xilogravura a principal técnica de ilustração da Tipografia São Francisco, sendo seguido por outros poetas/editores e ilustradores que imprimiam de forma independente, a exemplo de Abrahão Batista, autor da xilogravura e do cordel “A moça que o diabo tomou conta para a matar de fome”, presente na figura 03. Vale ressaltar que apesar da imagem em xilogravura ser corriqueiramente conhecida por seus traços em preto e branco, alguns

xilógrafos começaram a inovar e utilizar outras cores para os seus folhetos, a exemplo dos pernambucanos Jota Borges e Dila.



Figura 4 – Xilogravura colorida impressa em matriz de madeira

Acervo: José Alves Sobrinho

A última técnica a ser comentada e analisada é a realizada por meio do offset. Neste sistema, é realizado a impressão de imagens de forma industrial, é ele que separa a produção artesanal da industrializada. Caracterizada por ser utilizada em gráficas, o sistema offset utiliza máquinas modernas que recebem informações digitais e permitem, além de uma agilidade no processo de produção, uma qualidade superior assim como a utilização da policromia de forma mais corriqueira. Nela é possível obter ilustrações em uma maior diversidade, a começar pelo desenho em uma única cor ou pela variação de paletas de cor.

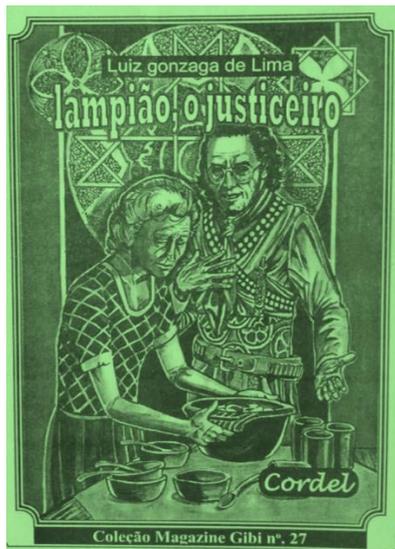


Figura 5 – Desenho em preto e branco impresso em offset

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 6 – Desenho em policromia impresso em offset

Acervo: José Alves Sobrinho.

As imagens dispostas nas figuras 05 e 06 foram impressas por meio do sistema offset utilizando como técnica de ilustração o desenho. Enquanto na figura 05, o desenho em preto e branco narra uma história do cangaceiro Lampião, enquanto um justiceiro e atencioso senhor, a imagem da figura 6 que também possui como técnica de ilustração um desenho, traz em seus contornos a história fictícia de uma contenda entre Jesus e São Pedro por causa da chuva. O que diferencia a técnica das duas imagens é apenas a utilização de cores na imagem da figura 6. O uso de imagens coloridas em folhetos de cordel foi iniciado por Arlindo Pinto de Souza, proprietário da Editora Prelúdio, de São Paulo, em 1952.

Arlindo recorria a uma prática muito comum na indústria editorial brasileira intensificada no início do século XX, que utilizava a policromia nas imagens das capas de livros. O sistema de impressão em offset permitia a impressão não apenas de desenhos, mas também de fotografias e xilografuras enquanto técnicas de ilustração para folhetos, como pode ser observado nos exemplos a seguir.

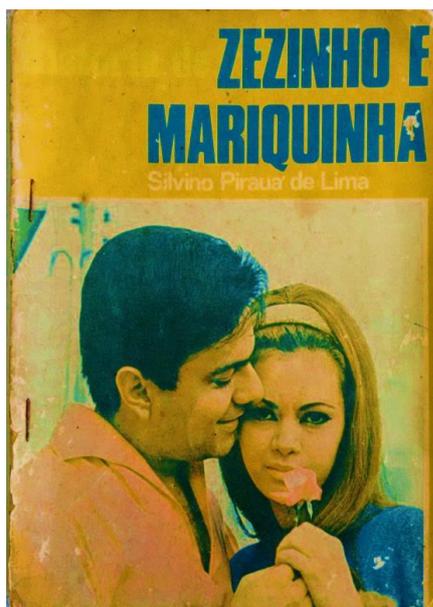


Figura 7 – Fotografia impressa em offset
Acervo: José Alves Sobrinho.



Figura 8 – Xilogravura impressa em off set
Acervo: José Alves Sobrinho.

As imagens das figuras 07 e 08, fotografia e xilogravura, respectivamente, são outros dois exemplos de como a impressão em offset permite uma variedade no uso de técnicas de ilustração. Transposta para o cordel, a imagem do folheto “Zezinho e Marinquinha”, de Silvino Piraua, exhibe uma fotografia de um casal enamorado. A fotografia, técnica amplamente utilizada por João Martins de Athayde na primeira metade do século XX, não deixou de ser usada por outros editores no correr das décadas seguintes, inclusive foi aperfeiçoada por meio do uso de cores estampadas em um papel de melhor qualidade, o couchê, como era de costume seu uso nos folhetos impressos da Editora Luzeiro³.

Prática não tão corriqueira nesta Editora foi a impressão de imagens em xilogravura, o que foge à regra é a imagem inserida no cordel “Gabriela”, em alusão a obra homônima de Jorge Amado. O uso de xilogravuras não foi corriqueiro na Editora Luzeiro, da cidade de São Paulo, que buscava se destacar pelo uso de imagens coloridas, sua principal característica, o que estava atrelado a ideia de “modernidade” e inovação do campo editorial, em contrapartida as imagens em preto e branco impressas em tipografias da região Nordeste.

³ Para saber mais sobre a trajetória da Editora Luzeiro, consultar: RODRIGUES FILHO, José. **Redefinindo histórias na literatura de cordel: a trajetória da Editora Luzeiro (c. 1920-1995)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/D.8.2021.tde-13052022-211428. Acesso em: 2024 jun. 11.

Dessa maneira, é possível observar que as formas de fazer cordel no Brasil sofreram consideráveis alterações a partir do surgimento da Editora Luzeiro. As imagens, antes produzidas unicamente em xilogravuras e clichês com fotografias e desenhos em preto e branco começaram a ter seus padrões mudados. As imagens em cores adentram a produção editorial da literatura de cordel, instituindo outras narrativas e memórias para esse bem reconhecido como patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Considerações temporárias

Este trabalho não teve como objetivo se caracterizar enquanto uma resposta única aos trabalhos dedicados a visualidade da literatura de cordel. A metodologia de trabalho proposta neste artigo foi o caminho traçado e utilizado pelo autor deste ensaio ao longo de sua trajetória de pesquisa. Após leituras e pesquisas em diversos acervos de literatura de cordel no Brasil, buscou-se construir uma metodologia de identificação e análise das técnicas utilizadas por editores para ilustrar os seus folhetos.

As imagens detentoras de histórias, guardiãs de memórias, não são ingênuas e emergem para atender a interesses de quem as seleciona para uma capa de cordel. Compreender as técnicas é um passo inicial aos que desejam mergulhar nas narrativas visuais elaboradas por meio da visualidade da literatura de cordel.

Referências

BEZERRA, S. N. R. F. **Oralidade, Memória e Tradição nas Narrativas de Assombrações na região do Cariri**. 2011. 177f. Dissertação - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CARVALHO, G. de. **Madeira matriz: cultura e memória**. São Paulo: Annablume, 1998.

DINIZ, T. C. A. **O Teatro das Imagens: a migração das formas e suas representações nas xilogravuras de Juazeiro do Norte (1968-1998)**. 2017. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

HATA, L. **O cordel das feiras às galerias**. 1999. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199277>. Acesso em: 24 fev. 2015.

MAUAD, A. M. Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 14, p. 33-48, 2016.

MENEZES, U. B. de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

RAMOS, E. Do mercado ao museu: a legitimação artística da gravura popular. **Visualidades: Revista do Programa de Mestrado em Cultura Visual**, Goiânia, v. 8, n. 1, p. 39-56, 2010.

RAMOS, E. Ilustrações de Folhetos de Cordel: o Romance dos Esquecidos ou a Peleja do Popular com o Moderno. In: NEMER, S. (org.). **Recortes contemporâneos sobre o cordel**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

RAMOS, E. Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850): imagens esquecidas, imagens desprezadas (republicação). **Escritos**: Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, v. 3, p. 285-309, 2009.

RODRIGUES FILHO, J. A Vez e a voz da iconografia: as possibilidades do uso de imagens no campo da literatura de cordel. In: XVII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA. **Anais...** Guarabira: ANPUH-PB, 2016. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/evento/liti/ocs/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/viewFile/3263/2676>. Acesso em: 31 out. 2017

RODRIGUES FILHO, J. **Redefinindo histórias na literatura de cordel**: a trajetória da Editora Luzeiro (c.1920-1995). 2021. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ROIPHE, A. **Forrobodó na Linguagem do Sertão**: leitura verbovisual de folhetos de cordel. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2013.

SOUZA, L. M. de. **O folheto popular**: sua capa e seus ilustradores. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1981.

Editora CLAE

2024